

Relatório de Gestão
Superintendência da Polícia Federal no Acre

SUMÁRIO

1. Identificação.....	05
2. Responsabilidades institucionais.....	06
2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	06
2.1.1 Normas de Atuação.....	06
2.1.2 Estruturação das Ações.....	11
2.1.3 Realizações e principais resultados.....	12
3. Estratégia de Atuação.....	16
3.1. Plano de Metas Policiais.....	16
3.2. Plano de Metas Administrativas.....	29
3.3. Análise sobre a execução das metas, necessidades, dificuldades, soluções.....	35
3.4. Recursos Financeiros.....	39
3.4.1. Por programas e ações.....	39
3.4.2. Despesas executadas.....	40
3.4.3. Contratos de terceirização, serviços e aquisição de material (através de licitação):.....	42
3.5 Recursos Humanos.....	45
3.5.1. Distribuição dos recursos humanos pelas unidades administrativas.....	45
3.5.2. Análise do quantitativo de pessoal da SR.....	46
4. Gestão de Programas e Ações.....	47
4.1. Programa 1127 – Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.....	47
4.1.1. Ação 1F65 - - Implantação de Infra-estrutura e de sistemas vitais de suporte.....	47
4.1.2 Ação 8545 – Apoio a repressão qualificado.....	48
4.2. Programa 0750 – Apoio administrativo.....	48
4.2.1. Ação 2000 – Administração da unidade.....	48
4.3. Programa 1353– Modernização da Polícia Federal.....	49
4.3.1. Ação 1778 – Implantação de sistema de informática e telecomunicações da Polícia Federal (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA).....	49
4.3.2. Ação 1B36 – Construção e Ampliação de bases operacionais e unidades do departamento de Polícia Federal.....	50
4.3.3. Ação 7081 – Reforma e modernização das bases operacionais do departamento de Polícia Federal.....	50
4.3.4. Ação 1899 - Reaparelhamento das unidades operacionais e do segmento técnico-científico (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA).....	51
4.3.5. Ação 5022 - Construção do edifício-sede da superintendência regional da Polícia Federal do Acre.....	51
4.4. Programa 0662 – Combate a criminalidade.....	51
4.4.1. Ação 2662 – Capacitação e especialização de recursos humanos da Polícia Federal para o combate à criminalidade.....	52
4.4.2. Ação 2679 – Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos.....	52
4.4.3. Ação 2720 – Operações de caráter sigiloso.....	53

4.4.4. Ação 2726 – Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da união53
5. Desempenho operacional55
5.1 Vinculação das realizações da unidade com o plano plurianual55
5.1.1 Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União55
5.2 Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação55
5.3 Análise Crítica:61
5.3.1 Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União61
5.3.2 Ação nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro63
5.3.3 Ação: 2662 – Capacitação e especialização de recursos humanos da Polícia Federal65
ANEXO A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais.....	.67
ANEXO B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades.....	.68
ANEXO C - Despesas com cartão de crédito corporativo78
ANEXO D - Recomendações de órgãos de controle80

1. Identificação

Objetivos

Apresentação das informações básicas sobre a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre.

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<p>Criação: Criada como POSTO pela Portaria 259, de 18/05/65, BS. 095, de 24/05/85. Transformada em DPF.1 pela Portaria 1545, de 11/12/72, BS. 235, de 12/12/1972. Elevada para Superintendência Regional pela Portaria 039/75, BS. 052, de 18/03/75</p> <p>Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006;</p> <p>Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.</p>	
CNPJ	00394494/0019-65.	
Nome e código no SIAFI	Superintendência... 200070	
Código da UJ titular do relatório	Superintendência... 200070	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades.	
Endereço completo da sede	R. Floriano Peixoto, 874 – Centro 69908-030 Rio Branco/Ac Fone: 68 3212-1200 cm.nti.srac@dpf.gov.br	
Endereço da página institucional na internet	http://www.dpf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Segurança Pública.	
Tipo de atividade	Policial.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Primária	200070
	Tesouro	200380
	Funapol	200381

2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1.1 Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também noteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

1) **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

2) **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

Atribuições de polícia administrativa

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de POLÍCIA ADMINISTRATIVA, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) **Controle Migratório:** Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) **Controle de Armas:** A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) **Controle de Segurança Privada:** atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) **Controle de Precursores Químicos:** Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) **Controle de Dignitários:** A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

6) **Controle de Identificação Criminal e Civil:** a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbacão e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência)

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

Talvez ainda possam ser incluídas nessa relação outras três atribuições:

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes. (Talvez se amolde melhor à POLÍCIA JUDICIÁRIA ?).

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistêncla técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

Atribuições de polícia judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal, prevê que a Polícia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;

- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;(lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.1.2 Estruturação das ações

Dentro do PLANO PLURIANUAL – PPA - (*lei nº 10.933/2004 alterada pela lei nº 11.318/2006*) a Polícia Federal esta inserida no **MEGA-OBJETIVO III**, plano do atual governo, ***Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.***

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nº 28 do plano de governo, tendo como diretrizes de atuação para a polícia federal:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;

4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;

3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa Combate à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 - Combate à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2680 - **Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro**, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente o tráfico ilícito de armas e de entorpecentes, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros.

Ação nº 2820 - **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

2.1.3 Realizações e principais resultados

DRCOR/SR/AC

Atualmente, a América do Sul é responsável pela produção de 100% da cocaína e 15% da heroína mundial, sendo que, no que se refere ao primeiro entorpecente,

a Colômbia é a maior produtora de folhas, sulfato e cloridrato, porém, como não possui capacidade de produção da matéria prima necessária para atender a demanda do refino (processamento do cloridrato), necessário se faz importar da Bolívia e do Peru o carregamento de sulfato.

Daí, após processada, a droga entra no Brasil, no que tange à fronteira do estado do Acre, pela Bolívia e Peru, o que se faz pelo acesso fluvial, aéreo e em pequena escala terrestre.

Todos os rios que cortam o estado do Acre o fazem na perpendicular com a Bolívia e Peru, o que facilita sua utilização como acesso de entrada do entorpecente no Brasil.

Quanto ao tráfico terrestre, ocorre em pequena escala, quase sempre acompanhado do fluvial ou aéreo.

Segundo informações colhidas junto ao Secretário de Planejamento do estado, até o ano de 2010, haverá um grande salto comercial, industrial e populacional no estado, uma vez que tanto a BR 364 (liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul) como a estrada que liga Assis Brasil a Cuzco (Peru) estarão asfaltadas, fazendo da região um ponto estratégico de importação e exportação com ligação ao Oceano Pacífico.

Da mesma forma que esses projetos de infra-estrutura facilitarão o comércio legal no estado, também beneficiarão o comércio ilegal, sobretudo o contrabando, descaminho e o tráfico de drogas e armas.

Assim, a Superintendência no Acre está se planejando para esse futuro próximo de 2010 e tentando se resguardar de recursos humanos e de materiais necessários para suprir a demanda de Segurança Pública na região.

Imediatamente pretendemos focar os trabalhos da Delegacia de Repressão a Entorpecentes também nos métodos clássicos de investigação, não dependendo exclusivamente da atividade de inteligência para uma atuação eficaz.

Isso será possível por meio da descentralização do trabalho da DRE no interior do estado, sobretudo com a implantação de uma célula da Delegacia em cada Posto Avançado de Fronteira (PEBRA e BRABO).

Diante desse panorama e dessa meta de atuação, no primeiro semestre de 2007, foram desencadeadas duas grandes Operações Policiais de repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes no Estado do Acre.

A primeira delas, denominada Operação Terra do Sol, coibiu um grupo criminoso que introduzia entorpecente no Brasil por meio do estado do Acre e o remetia a diversos estados da Federação, sobretudo o do Rio Grande do Norte, onde o entorpecente era comercializado no varejo.

Já a segunda, denominada Operação Almojarife, coibiu um outro grupo criminoso que também introduzia entorpecente no estado do Acre e o remetia a diversos estados da Federação, sobretudo Maranhão e Goiás, onde o entorpecente era comercializado no varejo. Fato interessante dessa Operação foi que todos aqueles que contribuíram de alguma forma para o tráfico, fornecendo suas contas bancárias para movimentação de dinheiro da quadrilha, também foram identificados, presos e indiciados nos crimes de associação ao tráfico e de lavagem de dinheiro.

A partir da metade do segundo semestre de 2007, demos continuidade às outras Operações Policiais em andamento, discriminadas no quadro mais abaixo.

Quanto às demais áreas de atuação da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado, esforços estão sendo envidados para coibir os delitos que afetem o Patrimônio Público da União e o Tráfico Ilícito de Armas.

No que tange aos crimes contra o patrimônio, por exemplo, a Delegacia responsável, em 2006, instaurou 14 Inquéritos Policiais para apurar crimes de furto e em 2007 apenas 10, o que pretendemos reverter com propostas de aumento de recursos humanos e de material, mas tal fato não deve servir como parâmetro depreciativo do trabalho, uma vez que tal espécie de demanda policial não é contínua e constante no estado do Acre.

Numa consulta feita ao Chefe da Delegacia de Crimes contra o Patrimônio, fomos informados que o ideal de funcionamento daquela Delegacia, para implementar diligências investigativas em sua linha de atuação, seria a lotação de mais 1 EPF e de 4 APF's, o que se espera poder fazer a partir de julho de 2008 com a chegada dos novos policiais egressos da Academia Nacional de Polícia.

O mesmo problema se repete quanto à Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, posto que não houve Inquérito Policial instaurado no ano de 2006 para apurar crimes dessa natureza. Por sua vez no ano de 2007 surgiram 3 Inquéritos, cujos números são 154/2007, 157/2007 e 230/2007, embora vários crimes de porte ilegal de arma de fogo tenham sido investigados em procedimentos de crimes de tráfico de entorpecente.

Nota-se, entretanto, que o aprofundamento nas investigações de tais procedimentos, bem como a descoberta de novos fatos delituosos da mesma espécie não se dá em virtude da carência de outros policiais lotados na DELEARM e também pela carência de efetivo suficiente no Grupo de Análise para efetuar investigações de inteligência.

O Chefe da DELEARM indicou como efetivo ideal do órgão a lotação de mais 2 APF's e 1 EPF, o que se pretende efetivar a partir de janeiro de 2008 com a chegada dos recém formandos da ANP.

Por absoluta falta de demanda ainda não foi criada a Delegacia de repressão a crimes financeiros.

Cumpramos ressaltar que a falta de números expressivos de trabalho, no que se refere aos trabalhos da DELEARM, DELEPAT e DELEFIN, também se dá pela falta de demanda dessa natureza, uma vez que a peculiaridade do estado são os crimes de meio ambiente e o de tráfico de drogas.

3. Estratégia de atuação

3.1. Plano de Metas Policiais

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
01	Planejar, orientar e executar operações relativas a crimes perpetrados contra o meio ambiente – principalmente o desmate clandestino - e o patrimônio histórico nacional, como o tráfico de material genético e espécimes da fauna e flora silvestres, biopirataria etc.	Em seminários, workshops e em diversos artigos publicados nas revistas especializadas, nota-se que além dos tradicionais crimes específicos contra o meio ambiente e fauna silvestre, constatamos que o contrabando de material genético em toda a Amazônia Legal é uma realidade, merecendo atenção especial desta DELEMAPH.	DELEMAPH	Em 2007 foram realizadas pelo IBAMA/AC mais de vinte operações de pequeno, médio e grande porte, todas com apoio e participação decisiva da SR/DPF/AC, contribuindo sobremaneira para a prevenção e repressão aos delitos ambientais no estado do Acre, Rondônia e Amazonas.
			DPF/EPA	NÃO ATINGIDA. Não foi realizada operação com o IBAMA na circunscrição de Epitaciolândia. Porém, várias outras foram implementadas junto com o Ministério da Agricultura e com o IDAF para o controle de produtos de origem agro-florestal e contra a introdução clandestina de bovinos estrangeiros de zona não livre de febre aftosa.
			DPF/CZS	ATINGIDA. Foram realizadas diversas missões de monitoramento e repressão aos crimes contra o meio ambiente na circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul, notadamente no Parque Nacional da Serra do Divisor, tanto via aérea quanto fluvial. Com relação ao deslocamento aéreo trabalhamos em conjunto com o Exército (61º BIS) e o IBAMA. As infrações penais detectadas foram reprimidas de modo pontual, com a prisão em flagrante dos autores e apreensão dos instrumentos e proveito do crime.
02	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional terrestre em Rio Branco, Epitaciolândia, Assis Brasil e Cruzeiro do Sul.	Fiscalizar com eficiência o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros.	DELEMIG	Parcialmente alcançado: somente instalado os equipamentos do novo SINTI na DPF/EPA.
			DPF/EPA	ATINGIDA Foi constante, durante o ano, o impedimento da entrada de estrangeiros que não atendiam aos requisitos de imigração e o lançamento de multas aos irregulares. Não foi possível fazer uma maior fiscalização junto aos hotéis.
			DPF/CZS	NÃO ATINGIDA. O único ponto de entrada e saída terrestre do território nacional que há na circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul é no Posto de Controle de Fronteiras em Marechal Thaumaturgo, onde não há equipamento do novo sistema de tráfego internacional (STI).
03	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego	Fiscalizar com maior eficácia o tráfego internacional e agilizar o	DELEMIG	Não alcançado. Equipamentos do novo SINTI não instalados. <i>Aeronaves vistoriadas RBR: 30</i>

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
	internacional nos aeroportos de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.	atendimento aos estrangeiros quando de sua entrada/saída.	DPF/CZS	NÃO ATINGIDA: Apesar de termos o equipamento do novo sistema de tráfego internacional (STI), não foi possível implementá-lo no ano de 2007 nesta unidade por não ter havido autorização do órgão central responsável, nem o suporte técnico necessário.
04	Realizar serviços de emissão de passaportes e Laissez-passer.	Exercer as funções de polícia marítima aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF.	DELEMIG	Alcançado. Novo SINPA em operação desde agosto/2007. <i>PPT ICAO expedidos: 474</i> <i>PPT NÃO ICAO expedidos: 927</i> <i>PPT emergência expedidos: 02</i> <i>Valor arrecadado com emissão de passaportes: R\$ 267.008,79</i>
			DPF/EPA	ATINGIDA. O STI já está em funcionamento desde o fim de 2007 com a regular emissão de passaportes.
			DPF/CZS	ATINGIDA. Em outubro de 2007 foi autorizada a expedição do novo passaporte brasileiro. Desse modo, esta Delegacia de Polícia Federal está dotada com todos os equipamentos necessários à expedição do documento de viagem em questão, bem como com servidores aptos a operá-los.
05	Reprimir a entrada, estada e circulação de estrangeiros irregulares.	Cumprimento da legislação.	DELEMIG	Parcialmente alcançado. O efetivo reduzido da DELEMIG não conseguiu manter uma rotina eficiente de investigação, fiscalização, autuação e notificação de estrangeiros. <i>Estrangeiros autuados: 171</i> <i>Estrangeiros notificados a deixar o país: 112</i> <i>IPE instaurados: 16</i> <i>IPE em andamento: 18</i> <i>IPE relatados: 11</i> <i>Deportações efetivadas: 17</i> <i>Expulsões efetivadas: 14</i> <i>Multas aplicadas: R\$ 65.659,62</i> <i>Multas recolhidas: R\$ 16.161,74</i>
			DPF/EPA	ATINGIDA. A fiscalização durante o serviço de imigração foi mais eficiente em barrar os estrangeiros irregulares do que o policiamento externo. Houve vários estrangeiros autuados, notificados a deixar o país e alguns deportados.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
			DPF/CZS	ATINGIDA. A Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul tem atuado de forma consistente e permanente na repressão à permanência de estrangeiros irregulares em território nacional, com o controle de hóspedes em hotéis, passageiros em meios de locomoção, bem como em fiscalizações de vendedores ambulantes e em empresas da região.
06	Reprimir o trabalho irregular (formal e informal) de estrangeiros.	Resguardar o trabalhador brasileiro.	DELEMIG	Parcialmente alcançado. O efetivo reduzido da DELEMIG não conseguiu manter uma rotina eficiente de investigação, fiscalização, autuação e notificação de estrangeiros no que se refere ao trabalho irregular.
			DPF/EPA	ATINGIDA. Foi realizada principalmente a fiscalização de vendedores ambulantes estrangeiros sobre os quais foi feita reclamação por parte dos comerciantes regularmente instalados.
			DPF/CZS	ATINGIDA. A Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul tem atuado de forma consistente e permanente na repressão à permanência de estrangeiros irregulares em território nacional, com o controle de hóspedes em hotéis, passageiros em meios de locomoção, bem como em fiscalizações de vendedores ambulantes e em empresas da região.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
07	Coibir ocorrências fraudulentas em processos de naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos.	Evitar a regularização de estrangeiros por meios fraudulentos.	DELEMIG	Alcançado. A equipe se mantém obediente às normas e requisitos necessários para a obtenção de permanência ou naturalização. Todas as diligências, nesse sentido, geram relatórios de sindicância que, via de regra, são acatados pela DICRE. <i>Registro de estrangeiro: 57</i> <i>Atualização de endereço: 45</i> <i>Transformação de visto: 01</i> <i>Prorrogação de prazo de estada de turista: 95</i> <i>Prorrogação de prazo de estada de temporário: 04</i> <i>Pedido de 2ª Via de CIE: 03</i> <i>Substituição de CIE: 07</i> <i>Pedido de Permanência por Prole / Cônjuge: 24</i> <i>Pedido de Permanência por Reunião Familiar: 02</i> <i>Pedido de Naturalização: 17</i> <i>Sindicâncias de Permanência realizadas: 09</i> <i>Sindicâncias de Naturalização realizadas: 15</i> <i>Recadastramento: 23</i> <i>Pedido de Republicação de Despacho Deferitório: 05</i> <i>Pedido de Republicação de Despacho Indeferitório: 01</i>
08	Fiscalização nos municípios sob circunscrição da DELEMIG/SR/AC	Zelar pelo cumprimento da legislação pertinente ao estrangeiro, tanto por este, quanto pelas autoridades locais.	DELEMIG	Parcialmente alcançado. O efetivo reduzido da DELEMIG não conseguiu manter uma rotina eficiente de investigação, fiscalização, autuação e notificação de estrangeiros nos municípios sob sua circunscrição.
09	Aumentar o número de IPL's instaurados para apuração de crimes previdenciários.	É baixo o número de IPL's instaurados para apurar tais delitos.	DELEPREV	Em 2007 foram instaurados 05 IPL ante 19 em 2006. Basicamente o fraco desempenho se deu pela falta de DPF que chefiasse a delegacia, que também não tem equipe designada. Com isso não foi dada efetividade à Força Tarefa junto ao INSS.
10	Buscar maior integração com outros órgãos públicos federais, visando apurar a prática de sonegação fiscal e outras fraudes.	Descobrir novas fraudes em detrimento de bens, serviços e interesses da União e respectivo "modus operandi".	DELEFAZ	Foram iniciados em 2007 os contatos com a Receita Federal/AC, CGU/AC, AGU/AC, e ainda com o TCU/AC, visando a criação de um grupo de trabalho conjunto, que já teve seus trabalhos iniciados.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
11	Buscar esclarecer a origem de falsificações de moeda e passaportes.	Coibir e apurar a prática desses ilícitos.	DELEFAZ	Existe em curso dois IPL's instaurados para investigação de falsificação de moedas, sendo que este trabalho deverá ser concentrado nas mãos do Chefe da DELEFAZ/DREX/SR/DPF/AC. Não tivemos casos de investigação de falsificação de passaportes em 2007.
12	Coibir de maneira mais sistemática no estado do Acre os crimes de contrabando e descaminho.	Necessidade de combate sistêmico a tais delitos, em virtude da alta lesividade ao Estado.	DELEFAZ	Com a implementação dos posto de controle de fronteira na cidade de Assis Brasil e Plácido de Castro temos conseguido um aumento considerável do número de apreensões de mercadorias provenientes do exterior sem o devido desembaraço alfandegário, além dos produtos de importação proibida. Também está em desenvolvimento a criação de um posto de controle no município de Senador Guiomar, que também irá propiciar um combate mais efetivo a essa prática delitiva.
			DPF/EPA	ATINGIDA. Grande quantidade de apreensões realizadas, inclusive em operações conjuntas com a Receita Federal e apreensões de produtos de origem agro-florestal em conjunto com o Ministério da Agricultura.
			DPF/CZS	ATINGIDA. Foram realizadas barreiras na BR-364 (período transitável), bem como fiscalizações no centro de Cruzeiro do Sul na época das festividades da cidade, com o fim de reprimir o contrabando e descaminho. As ações foram pontuais, com a autuação dos envolvidos em Inquérito Policial e apreensão das mercadorias contrabandeadas e descaminhadas.
13	Divulgar a necessidade do recadastramento dos registros federais de armas de fogo junto aos meios de comunicação.	Recadastramento de todas as armas de fogo no Estado do Acre.	DELINST	Em razão do forte apelo social foi editada, em 31/01/2008, a MP nº 417/08 autorizando um novo cadastramento de arma de fogo, na categoria Caçador de Subsistência.
14	Diligenciar nas lojas autorizadas a vender armas de fogo no Estado do Acre	Fiscalizar as lojas autorizadas a vender armamento.	DELINST	Não atingido, por mudança da legislação, passando a ser competência do Ministério do Exército.
15	Realizar operações visando à prevenção e repressão ao aliciamento e ao tráfico de mulheres e exploração de	Apurar infrações penais contra a ordem social	DELINST	Em razão do baixíssimo efetivo dessa especializada, combinado com a forte demanda de cadastramento de armas de fogo, na categoria Caçador de Subsistência, não foi possível atingir os resultados esperados, no tocante a esse ponto.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
	menores		DPF/EPA	ATINGIDA. Os poucos recursos humanos e materiais foram alocados para outras atividades prioritárias como o narcotráfico e mesmo o serviço de plantão, além da quantidade restrita de canais para a produção de inteligência policial. Porém, ainda assim, foi instaurado um inquérito para investiga possível aliciamento de menores, inclusive com monitoramento telefônico ainda em curso.
			DPF/CZS	ATINGIDA. A fiscalização no Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul é permanente. Durante o período em que a BR-364 fica transitável, foram realizadas diversas barreiras policiais com o fim de reprimir a tráfico de menores na região. Nas operações fluviais, do mesmo modo, é fiscalizado o trânsito e permanência de menores desacompanhados dos pais.
16	Realizar operações visando o combate ao trabalho escravo.	Apurar infrações penais contra a ordem social	DELINST	Em razão do baixíssimo efetivo dessa especializada, combinado com a forte demanda de cadastramento de armas de fogo, na categoria Caçador de Subsistência, não foi possível atingir os resultados esperados, no tocante a esse ponto.
	Realizar operações de repressão a crimes contra a comunidade indígena.	Proteção às comunidades indígenas.	DELINST	Em razão do baixíssimo efetivo dessa especializada, combinado com a forte demanda de cadastramento de armas de fogo, na categoria Caçador de Subsistência, não foi possível atingir os resultados esperados, no tocante a esse ponto.
17			DPF/EPA	ATINGIDA. Durante o ano não houve ocorrências sérias que demandassem a atuação desta delegacia. Alguns poucos problemas foram resolvidos pelo Posto de Controle de Fronteiras de Assis Brasil, e uma suposta invasão das terras dos <i>Manchineri</i> por ativistas cívicos peruanos foi intermediada pela FUNAI e Polícia Federal, resultando apenas em termos de declarações e solução pacífica do impasse mal entendido.
			DPF/CZS	ATINGIDA. Durante o ano de 2007 foram realizadas 4 (quatro) operações policiais em áreas indígenas, com o fim de inibir e reprimir o cometimento de crimes contra e pelos próprios índios.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
18	Igualar/superar o número de IPL's instaurados em 2006.	Aumentarmos a presença e visibilidade das ações da Polícia Federal no Estado e melhorarmos as estatísticas acerca da repressão aos crimes de nossa atribuição.	DREX	No tocante ao número de IPL instaurados, não alcançamos a meta, uma vez que foram instaurados 341 IPL's em 2006, contra 348 em 2007. Cabe salientar que não obstante o não alcance da meta estipulada, melhoramos muito a qualidade dos feitos, com um trabalho mais intenso no Núcleo de Correições. No tocante ao número de IPL's relatados, também não alcançamos a meta, tendo sido relatados 289 IPL's em 2006, contra 235 em 2007. Com a chegada de novos delegados a esta SR acreditamos que haverá melhora nas estatísticas relacionadas a esse ponto.
19	Fiscalizar os dados lançados no SINPRO, referente aos inquéritos policiais.	Evitar informações incorretas que possam atrapalhar as consultas ao sistema, melhorando a agilidade na prestação do serviço.	COR	No ano de 2007 a Corregedoria-Regional conseguiu atualizar vários dados no SINPRO concernentes aos inquéritos policiais, contudo, ressalte-se que tal fiscalização deveria ter sido desenvolvida diariamente quando da correição parcial naqueles, o que não ocorreu em razão da limitação de recurso humano. Com efeito, em que pese a Corregedoria-Regional ter fiscalizado a tramitação e prazos das notícias-crimes, reconhece-se que a mesma não se deu de forma satisfatória (por isso foi considerado como objetivo não alcançado), haja vista que até agosto/2007, referida atividade estava concentrada apenas no Corregedor-Regional, sem auxílio de qualquer outro servidor. Contudo, registre-se que não obstante tal dificuldade, a Corregedoria-Regional conseguiu atualizar 95% das notícias crimes que não tinham sido incluídas no sistema desde 2001.
20	Finalizar o ano sem que a pretensão punitiva da administração prescreva em nenhum procedimento disciplinar.	É obrigação legal de todo os membros das Comissões Disciplinares e Sindicantes observar este preceito, devendo os mesmos adotar as medidas possíveis ao seu cumprimento, sob pena de grave prejuízo à Administração Pública.	COR	Esta meta foi alcançada tendo em vista que em 2007 nenhum procedimento disciplinar prescreveu.
21	Elaborar ordens de serviço, objetivando adequar as necessidades internas da repartição com a realidade do dia-a-dia.	Padronização de procedimentos internos, em vista de solucionar as necessidades institucionais surgidas no decorrer do exercício.	COR	O alcance desta meta tinha como condição <i>sine quanon</i> a existência de fato que justificasse a criação de ordem de serviço, visando solucionar as necessidades e problemas surgidos no decorrer do exercício, o que não ocorreu. Portanto, não há como se considerar a esta meta como não atingida.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
22	Realizar correições nas Delegacias do interior do Estado no 2º semestre/07	Cumprimento da IN 11/2001-DG	COR	Foram realizadas correições ordinárias nas Delegacias do interior do Estado do Acre, onde se desenvolveu um trabalho de fiscalização e orientação das Autoridades Policiais e Escrivães, tendo-se obtido um resultado positivo ao seu término. Meta alcançada.
23	Realizar correições ordinárias na SR/DPF/AC no segundo semestre	Cumprimento da IN 11/2001-DG	COR	Foram realizadas correições ordinárias na Superintendência Regional do Acre, onde se desenvolveu um trabalho de fiscalização e orientação das Autoridades Policiais e Escrivães, tendo-se obtido um resultado positivo ao seu término. Meta alcançada.
24	Implementar as correições parciais no âmbito da SR	Cumprimento da IN 11/2001-DG	COR	Não obstante tenha sido designado um Delegado de Polícia Federal para realizar correições parciais nos inquéritos, este trabalho necessita um intenso aprimoramento no âmbito do NÚCLEO DE CORREIÇÕES, haja vista a importância que o mesmo representa para a SR/DPF/AC e suas descentralizadas. No caso atual, a ausência de servidores que auxiliem o NUCOR/COR/SR/DPF/AC no desenvolver de suas atribuições, tem sido motivo limitador de um trabalho satisfatório. Assim, muito embora tenham sido feitas Correições Parciais nos inquéritos policiais, a Corregedoria-Regional a considerou insatisfatória, porquanto tal atividade fora realizada de forma precária pelas razões acima expostas.
25	Realizar operações de prevenção e repressão a desvios de produtos químicos controlados, programadas pelas diversas unidades.	Prevenir e reprimir a produção e o tráfico ilícitos de entorpecentes.	DRE	Implementadas as ações de controle de produtos químicos, com a realização de fiscalizações em empresas cadastradas e desencadeadas operações de fiscalização e controle, Operação Seis Fronteiras.
			DPF/CZS	ATINGIDA EM PARTE. A comissão de fiscalização de produtos químicos controlados foi constituída em 2007 e realizou somente uma fiscalização, já ao final do ano, devido à carência de servidores e falta dos conhecimentos necessários por parte deles, obstáculos já evidenciados e que tentarão ser superados no ano de 2008.
			DPF/EPA	ATINGIDA. Na região, apenas a empresa Ronsy é exportadora de cimento, tiner e cal. Além da fiscalização desta empresa, houve a participação na Operação Seis Fronteiras para o controle de produtos químicos.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
26	Combater o tráfico de entorpecente via área.	Combater o tráfico nacional e internacional de drogas.	DRE	Realizada várias prisões e apreensões de entorpecente no aeroporto de Rio Branco em decorrência da intensificação das fiscalizações naquele aerodromo. Identificação de pistas clandestinas no entorno de Rio Branco que são utilizadas por aviões em situação irregular perante os órgãos de controle aéreo.
			DPF/CZS	ATINGIDA. Em 2007 houve fiscalização aeroportuária constante e permanente no Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul e no Porto de Cruzeiro do Sul (no período em que está em funcionamento), com a presença de policiais federais com o fim de exercer nos atribuições de polícia aeroportuária.
			DPF/EPA	ATINGIDA. Durante o ano foram enviados vários agentes para compor equipe de fiscalização no referido aeroporto, resultando em várias apreensões e flagrantes de tráfico de drogas.
27	Realizar operações na cidade de Rio Branco/AC em conjunto e/ou em apoio à PM/AC e a Polícia Civil, procedendo ao mapeamento das regiões de maior incidência de venda e uso abusivo de drogas, visando propor ações estratégicas para coibir tais atividades criminosas.	Inibir o tráfico de entorpecentes em Rio Branco e no entorno.	DRE	Realização de várias reuniões com membros de outras corporações com intuito de trocas de informações e identificação dos principais pontos de tráfico de drogas no município de Rio Branco.
28	Montar bases de apoio operacional nos rios que cortam o Estado.	Propiciar apoio logístico para as ações fluviais desta Superintendência.	DRE	Em fase de estudos
29	Treinar policias federais para atuação nos Aeroporto de Rio Branco e Cruzeiro do Sul	Aprimorar as fiscalizações no Aeroporto de Rio Branco DPF/CZS, visando coibir o transporte de entorpecentes via vôos comerciais.	DRE	Realizado treinamento para um policial desta Descentralizada, patrocinado pela Coordenação Geral de Prevenção e Repressão à Entorpecentes, resultando em varias ações no aeroporto desta Capital e em outras unidades da federação em decorrência do repasse de informações.
			DPF/CZS	ATINGIDA. Em 2007, a quantidade de cocaína apreendida por esta Delegacia de Polícia Federal foi de aproximadamente 250 kg (duzentos e cinquenta quilos), um aumento de quase 5 (cinco) vezes em relação ao ano anterior.
30	Realizar fiscalizações ao longo	Reprimir a ocorrência de crimes,	DRE	Realizado levantamentos visando identificar os principais rios que são utilizados por grupos de traficantes como rota de transporte de drogas.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
	das vias fluviais na região do Alto Juruá.	principalmente o tráfico de drogas na região.	DPF/CZS	ATINGIDA. Foram realizadas 12 (doze) operações policiais nas vias fluviais da região do Alto Juruá durante o ano de 2007, com o fim de inibir e reprimir o cometimento de infrações penais, resultando em prisões em flagrante e apreensões de objetos ilícitos, tais como drogas, armas e animais silvestres.
31	Programar e executar operações de combate ao tráfico ilícito de armas, munições e explosivos.	Prevenir e reprimir o tráfico de armas, efetuando a atividade fim da DELEARM	DELEARM	Foram presos todos os 11 integrantes da quadrilha chefiado por Maria Núbia Silva de Oliveira e seu cúmplice Antonio Orleilson Torquato da Silva (IPL's 97/2007-SR/DPF/AC, 106/2007- SR/DPF/AC, 108/2007-SR/DPF/AC, 20/2007-DPF.B/CZS/AC e 21/2007 DPF.B/CZS/AC), bem como colhidos todos os dados para a denúncia e condenações.
			DPF/CZS	ATINGIDA. Em que pese o fato de Cruzeiro do Sul não estar na rota de entrada do tráfico internacional de arma de fogo, foi um dos focos de atuação em operações policiais terrestres e fluviais levadas a cabo por esta Delegacia de Polícia Federal, o que resultou em algumas apreensões.
			DPF/EPA	ATINGIDA. Houve algumas prisões em flagrante de pessoas que introduziam clandestinamente munições estrangeiras. Porém, constatou-se que não eram envolvidos com outras ações criminosas, mas apenas rurícolas que utilizam a munição para caça. Durante buscas, foram apreendidas várias armas sem registro que ensejaram prisões em flagrante. Por fim, uma arma foi entregue espontaneamente pelo proprietário nesta delegacia para destruição.
32	Operações em conjunto com a EPA/SR/AC no município de Brasília para reprimir o tráfico ilícito de armas, munições e explosivos.	Combater o comércio ilegal de armas, munições e explosivos.	DELEARM	apesar de não serem realizadas tais barreiras policiais, a apreensão de armas de fogo e munições foi grande, ou seja, foram apreendidas nesta SR/DPF/AC 16 armas de fogo de diversos tipos e calibres (revolveres, pistolas e espingardas), além de 1579 munições. Houve uma pequena dificuldade para que fossem completadas as metas da DELEARM/AC em 2007 pelo fato de não haver efetivo policial (agentes) lotado nesta delegacia. A solução, neste caso, seria lotar APF's nesta Delegacia para poder se realizar um trabalho investigativo continuado e mapeamento de possíveis área de tráfico de armas, munições e voltado a atividade fim da DELEARM.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
33	Realizar estudo histórico dos casos de assalto a bancos e roubo de cargas ocorridos nos estados do Acre e Rondônia.	Identificar o modus operandi das quadrilhas, os indivíduos perpetradores dos crimes e os locais vulneráveis a esse tipo de ação delituosa na área de responsabilidade da delegacia.	DELEPAT	Pendente. Falta de equipe de apoio obstaculizou o cumprimento desta meta
34	Realizar reuniões com os chefes regionais de segurança corporativa da Caixa Econômica Federal	Diminuir a vulnerabilidade das agências bancárias na área de responsabilidade da delegacia e aprimorar os sistemas de segurança bancários.	DELEPAT	Satisfatório
35	Buscar informações com a DELESP/DREX/SR/DPF/AC, acerca do conteúdo dos relatórios de vistoria de instituições financeiras.	Formar bancos de dados e identificar vulnerabilidades nas referidas instituições.	DELEPAT	Informações colhidas informalmente
36	Buscar junto à DPAT informações acerca do panorama nacional de delitos envolvendo instituições financeiras e roubos de carga.	Identificar o modus operandi das quadrilhas de assalto a bancos e roubo de carga que atuam em nível nacional.	DELEPAT	Informações colhidas informalmente
37	Buscar junto à DPAT informações acerca do panorama nacional de delitos de natureza patrimonial, de seqüestro, cárcere privado e extorsão mediante seqüestro, com motivação política ou praticados em razão de função pública exercida pela vítima.	Identificar o modus operandi das quadrilhas que praticam tais delitos, visando a prevenção e repressão dos mesmos na área de responsabilidade da delegacia.	DELEPAT	Pendente. Tais infrações penais são, por ora, irrelevantes no âmbito desta SR/DPF/AC
38	Buscar qualificar o efetivo de policiais da DELEPAT, através da realização de cursos ministrados na ANP ou instituições congêneres.	Qualificar tais policiais, buscando a melhora de resultados.	DELEPAT	Não há efetivo na DELEPAT

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
39	Informar a DPAT, ao final do ano de 2007, sobre todas as atividades desenvolvidas pela DELEPAT e seus resultados.	Produção de conhecimento estratégico, métodos e práticas para coibir os delitos afetos à área de atuação, bem como a elaboração de dados estatísticos.	DELEPAT	Aguardando solicitação da DPAT
40	Incrementar as atividades da DRE, com ações direcionadas à repressão à lavagem de dinheiro	A instalação da criminalidade organizada atuante no tráfico de drogas.	DRCOR	Embora tal comparação não produza a realidade da quantidade de serviço executada, foi possível cumprir a meta, uma vez que no ano de 2006 foram apreendidos 502 Kg de entorpecentes e em 2007 mais de
41	Intensificar a revista de bagagens despachadas no Aeroporto Internacional de Rio Branco	A falta de um equipamento de RX para inspecionar bagagens no aeroporto propicia a prática de inúmeros delitos.	DRCOR	Procurou-se desenvolver operações policiais que reprimissem crimes principais como o tráfico de drogas, mas também punir aqueles que de algum modo contribuíram para o crime ocultando valores decorrentes de sua prática, o que foi feito por meio do indiciamento dos envolvidos na lavagem de dinheiro. Um exemplo prático disso foi a Operação Almoxarife, onde mais de 20 pessoas foram também indiciadas no crime de Lavagem de Dinheiro, sem prejuízo da associação ao tráfico.
42	Realizar perícia papiloscópica em laboratório apropriado.	Prestar apoio técnico aos procedimentos e investigações policiais.	SETEC	Meta ainda não alcançada, a se tornar alta prioridade para o ano de 2008.
43	Executar os serviços de perícia policial necessários, sem que haja acúmulo de solicitações de perícias.	Prestar apoio técnico, em tempo hábil, aos procedimentos instaurados.	SETEC	Houve um decréscimo significativo nas pendências de perícias, mas existe a necessidade de se incrementar a quantidade de peritos no SETEC/SR/DPF/AC.
44	Planejar, coordenar e executar Operações de Inteligência Policial nas regiões que compreendem os vales dos rios Acre, Purus e Juruá.	Subsidiar os centros de decisões da SR/DPF/AC, e suas subunidades, com informações que possibilitem uma efetiva repressão aos crimes de competência do DPF.	NIP	Atingido. As ações na área de inteligência policial resultaram em inúmeras operações bem sucedidas, que possibilitaram a repressão a diversos crimes da competência da Polícia Federal.
45	Estabelecer ações de controle de aeronaves e embarcações na circunscrição da SR/DPF/AC.	Impedir que sejam utilizadas embarcações e aeronaves no transporte de substâncias entorpecentes.	NIP	Atingido, com um efetivo controle da venda de combustível aeronáutico e fiscalização de embarcações que navegam nos principais rios acreanos.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
46	Prestar apoio aos diversos órgãos públicos - Receita Federal, INSS, ECT, MPF, INCRA, FUNAI, IBAMA e a outras Instituições Federais, de acordo com a necessidade das mesmas.	Apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses das União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.	SR	Durante o ano de 2007 o apoio aos referidos órgãos foi ainda mais intenso, se comparado com o ano anterior, com ênfase para as ações conjuntas com o IBAMA/AC, que somaram cerca de duas dezenas, proporcionando excelentes resultados para os órgãos envolvidos e para a sociedade com um todo, no que tange ao controle e repressão das práticas de crimes ambientais na Amazônia Ocidental.
47	Melhorar as estatísticas acerca de número de IPL's instaurados e relatados, bem como o número de operações policiais realizadas, bens apreendidos e prisões efetuadas	Incrementar a atuação da SR/AC nas tarefas afetas ao DPF, obtendo melhores resultados na prevenção e repressão de delitos de nossa responsabilidade.	SR	No que tange ao número de IPL instaurados, não alcançamos a meta, uma vez que foram instaurados 341 IPL's em 2006 e 348 em 2007. Entretanto, melhoramos muito a qualidade dos feitos, com um trabalho mais intenso no Núcleo de Correições. No tocante ao número de IPL's relatados, a meta não foi alcançada, tendo sido relatados 289 IPL's em 2006, contra 235 em 2007. Com a chegada de novos delegados a esta SR acreditamos que haverá melhora nas estatísticas relacionadas a esse ponto. Tivemos um aumento considerável do número de operações policiais, que em 2007 totalizaram seis, contra três realizadas em 2006. Somente em flagrante delito foram presas cerca de 100 pessoas em 2007, contra 72 presas em 2006.

3.2. Plano de Metas Administrativas

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
01	Reformar a sede da SR/DPF/AC	Desconforto dos usuários e prejuízo à imagem da instituição perante a sociedade local.	SELOG	META NÃO ATINGIDA: - Não foi possível dar continuidade aos trabalhos, visto que no momento de licitar os trabalhos almejados, foi constatado que os levantamentos oferecidos pela SEOB/AC apresentavam algumas falhas nos quantitativos. - Não foi Possível, em tempo hábil, rever as planilhas e os projetos, motivo da não licitação dos trabalhos de reforma.
02	Construção da sede da SR/DPF/AC	O prédio ocupado pela unidade é cedido pelo Governo do Estado e há muito é insatisfatório, comprometendo o desenvolvimento dos trabalhos nele desenvolvidos dadas as condições precárias. Tampouco consegue alocar de modo regular os servidores lotados nesta Unidade	SELOG	META ATINGIDA: - Contratação da Empresa Globo Engenharia para elaboração do Projeto Executivo da nova Sede da SR/DPF/AC. - CONTRATO: 022/07-SR/DPF/AC; - TOMADA DE PREÇO 02-2007 - VALOR: R\$ 177.877,29 - PRAZO: 210 dias, a contar do dia 18/12/2007.
03	Aquisição de 08 (oito) pick-up descaracterizadas, 3.0 litros ou similar, cabine dupla, tração 4x4, com guincho dianteiro, completa; 04 (quatro) viaturas ostensivas, tipo camburão, diesel, completa; 04 (quatro) pick-up ostensivas, com caçamba tamanho normal, 4x4, 3.0 litros ou similar, diesel, completa; 08 (oito) viaturas de pequeno porte, descaracterizadas, bi-combustível, sedan, 4 portas, 120 cv, completa e 06 (seis) motos (tipo cross) com 400 cc ou mais. Todas as viaturas devem possuir ar condicionado de fábrica.	Necessidade da constante renovação da frota de veículos desta Unidade Policial, especialmente no que tange a veículos para utilização em terrenos de difícil acesso, tendo em vista a precariedade da malha rodoviária no Estado do Acre.	SELOG	META ATINGIDA PARCIALMENTE: - Os veículos recebidos pela SR/DPF/AC da Sede do DPF e SR/DPF/AM foram: - NISSAN X-TERRA PLACA JKH-3711/DF - NISSAN X-TERRA PLACA JJE-4397/DF - MICROÔNIBUS - PLACA JJE-4807/DF, E - SANTANA/DF. - Previsão de recebimento, no exercício de 2008, de 05 veículos de passeio (GM/Astra) e 04 pick-up's (Mitsubishi/L-200), adquiridas em 2007, para as necessidades da SR/DPF/AC e Delegacias do interior. - Não houve liberação de recursos suficientes para cumprimento de toda a meta.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
04	Desenvolver programas de treinamento e aperfeiçoamento profissional dos servidores.	Valorização do servidor público, objetivando melhores resultados para a Administração.	EQUIPE T&D	META PARCIALMENTE ATINGIDA: Dos 11 cursos pretendidos somente 3 foram executados. A razão disso foi a falta de verba por parte do DPF para a maior parte dos cursos.
05	Agilizar procedimentos para alienação e destinação de veículos apreendidos em decorrência do tráfico de drogas	Vários veículos foram apreendidos nos últimos anos e se encontram no pátio da SR/DPF/AC, ao relento, sofrendo desgaste natural, tornando-se sucata	CARTORIO	META PARCIALMENTE ATINGIDA: Os estudos e procedimentos para este fim estão praticamente concluídos, devendo os primeiros leilões, destinações e doações acontecer no primeiro semestre de 2008.
06	Aquisição de mobiliário	As condições dos mobiliários da SR e das Delegacias de CZS e EPA são insatisfatórias e insuficientes e, em muitos casos, fora do padrão do mobiliário do DPF.	SELOG	META PARCIALMENTE ATINGIDA: - Foram adquiridos mobiliários no valor total de R\$ 182.939,90 (cento e oitenta e dois mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa centavos). - Tal montante foi suficiente para atender às necessidades da SR/DPF/AC e suas Descentralizadas de forma parcial.
07	Aquisição equipamentos de 30 (trinta) equipamentos completos de informática (computador, impressora, estabilizador). Aquisição de 06 (seis) notebooks com impressoras de pequeno porte	Os equipamentos de informática na SR e das Delegacias do interior encontram-se desatualizados e reiteradamente apresentando problemas, além de serem em número insuficiente.	NTI	META ALCANÇADA: Foram adquiridos 31 (trinta e um) computadores e o DLOG mandou mais 50 computadores. Além disso foram adquiridos 31 nobreaks e estabilizaram a rede no prédio administrativo. 15 (quinze) notebooks e 20 (impressoras) laser foram adquiridos, suprimindo a falta de equipamentos de informática. Além disso o DELOG mandou mais 6 (seis) notebooks e 12 (doze) impressoras. Um problema que afligia o sistema de telefonia e não tinha sido colocado como meta foi resolvido. Os 3 (três) PABX existentes eram muito antigos, o que os tornava anti-econômicos quanto a manutenção. Para resolver este problema, foram adquiridos 5 (cinco) PABX, atendendo plenamente todas as sedes do DPF no ACRE.
08	Redefinição de espaços para atendimento a estrangeiros.	Atualmente o atendimento é feito inconvenientemente conjugado com o serviço de plantão. (DPF/EPA/AC)	SELOG	META ATINGIDA: Foi executado a instalação de divisórias na área de atendimento ao público da Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia, atendendo aos quesitos de padronização do DPF.
09	Definição de uma sala reservada para guarda do armamento, munição e demais acessórios operacionais.	Atualmente a guarda do referido material é feita em um armário de aço antigo, instalado na sala da chefia. (DPF/EPA/AC)	SR	META NÃO ATINGIDA: - Aguardando projeto de reforma geral da DPF/EPA/AC

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
10	Instalação de circuito interno de monitoramento visual (interno/externo).	Proporcionar segurança à DPF/EPA, às viaturas e policiais.	SR	META NÃO ATINGIDA: - Aguardando projeto de reforma geral da DPF/EPA/AC
11	Reforma nas unidades residenciais oficiais.	Duas casas impróprias para ocupação e uma necessitando de reparo parcial.	SR	META ATINGIDA PARCIALMENTE: - <u>Apenas 01 (uma) das casas foi reformada.</u> - Contratação da Empresa M Gadelha Engenharia Ltda para execução total da obra de reforma da Residência Oficial nº03, da Delegacia de Polícia Federal em Eptaciolândia/AC – DPF/EPA/AC, com fornecimento de material, com um pavimento, compreendendo uma área de 115,56 m ² (cento e quinze vírgula cinquenta e seis metros quadrados), em esquadrias de madeira, cobertura em telhas de barro e estrutura de madeira; pintura; rede elétrica de baixa tensão; instalações hidráulicas (água e esgoto); e demais serviços. - CONTRATO: 021/07-SR/DPF/AC; - CONVITE 04/2007 - VALOR: R\$ 31.458,24 - PRAZO: 30 dias, a contar do dia 14/12/2007.
12	Substituição da rampa para vistoria dos veículos suspeitos e para lavagem das viaturas.	A rampa atual é antiga e em madeira. Estrutura comprometida.	SR	META NÃO ATINGIDA: - Aguardando projeto de reforma geral da DPF/EPA/AC
13	Melhorar a iluminação externa da área das DPF/EPA e das unidades residenciais.	Iluminação precária. Segurança comprometida.	SR	META NÃO ATINGIDA: - Aguardando projeto de reforma geral da DPF/EPA/AC
15	Aquisição de armamento e munição – sendo 05 (cinco) submetralhadoras, 05 (cinco) fuzis, e 70 (setenta) pistolas 9mm.	Modernização do arsenal e melhorar o desempenho das atividades policiais.	SR	META PARCIALMENTE CONCLUÍDA: Foram transferidos para a DRE/SR/AC os cinco fuzis G-36.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
16	Aquisição de mais 20 (vinte) coletes balísticos, 10 (dez) capacetes e escudos de proteção, capas de chuva, redes de selva, lanternas, cantis, binóculos infravermelho, máquinas fotográficas e filmadoras digitais, aparelho de vídeo-cassete e televisores, telefones via satélite, GPS.	Melhorar a segurança e o desempenho das atividades policiais.	SR	META PARCIALMENTE CONCLUÍDA: Foram transferidos para a DRE/SR/AC vinte coletes. A SR/AC adquiriu quatro filmadoras Sony DCR-DVD 108, 8 lanternas táticas X-70, 2 binóculos TASCOS 8x25mm.
18	Aquisição de mobiliário para DPF/EPA.	Atualmente o mobiliário é insuficiente.	SR	META PARCIALMENTE ATINGIDA:
22	Melhoria na urbanização da área externa da DPF/EPA e das unidades residenciais.	Melhorar aparência.	SR	META NÃO ATINGIDA: - Aguardando projeto de reforma geral da DPF/EPA/AC
23	Aquisição de mais 30 (trinta) aparelhos de ar condicionado.	Reposição dos aparelhos antigos e que constantemente apresentam problemas.	SELOG	META ATINGIDA: Foram adquiridos e instalados 2 (dois) Splits de alta capacidade com 5 TR's cada, rede de duto, elementos de difusão e retorno de ar e 02 Splits de alta capacidade com 7,5 TR's cada, rede de dutos, elementos de difusão e retorno de ar. Além disso foram adquiridos 16 (dezesesseis) ar-condicionados.
25	Colocação de refletores na área externa, notadamente no pátio de veículos apreendidos.	Tornar segura a área externa e precisas as vistorias em veículos suspeitos.	SR	META ALCANÇADA: Foram instaladas 16 câmeras de segurança com gravação em infravermelho e detector de movimento.
26	Aquisição de equipamento de primeiros socorros	Inexiste. Indispensável.	DREX	META NÃO ALCANÇADA: Por falta de recurso financeiro não foi possível tal aquisição, que deverá ocorrer em 2008.
28	Aquisição de 10 (dez) nobreaks.	Facilidade na continuidade momentânea dos trabalhos.	NTI	META ALCANÇADA: Foram adquiridos 30 (trinta) nobreaks, suprimindo a necessidade deste item na SR/DPF/AC.
29	Construção de porto flutuante em Cruzeiro do Sul/AC.	Proteção do patrimônio do DPF e garantir maior sigilo das operações embarcadas	SELOG	META NÃO ATINGIDA: - Não foi possível a concretização dos projetos para dar início ao processo de construção do Porto Flutuante – DPF/CZS/AC.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
30	Obra de adaptação do prédio locado para funcionamento do setor administrativo da SR/DPF/AC.	Com a interdição, pelo Corpo de Bombeiros, de parte do prédio da SR/AC, somada ao aumento do efetivo de pessoal, torna-se imprescindível a locação de novas áreas para o perfeito funcionamento da SR/AC.	SR	META ATINGIDA: - Contratação da Empresa Vectra Ltda para a obra de adaptação do prédio administrativo desta SR/DPF/AC. - CONTRATO: 016/07-SR/DPF/AC; - TOMADA DE PREÇO 01/2007 - VALOR: R\$ 57.772,67 - PRAZO: 60 dias, a contar do dia 14/08/2007.
31	Obra de adaptação da nova sede da DELEMIG/DREX/SR/AC	Atualmente a DELEMIG não está situada em local adequado para o atendimento ao público	SR	META ATINGIDA: - Contratação da Empresa FRISONI Ltda. para adaptação da Residência Oficial para funcionamento da Delegacia de Imigração – DELEMIG/SR/DPF/AC; - CONTRATO: 017/07-SR/DPF/AC; - CONVITE: 02/2007 - VALOR: R\$ 28.758,87 - PRAZO: 30 dias – 19/07 a 18/08.
32	Criação de laboratório de revelação de impressões papilares para o NID.	Dotar o setor (NID) de uma sala de trabalho adequada, sendo que atualmente é utilizado o laboratório químico do SETEC.	SR	META NÃO ATINGIDA: - Por falta de espaço físico na SR/DPF/AC e tendo em vista a ampliação do laboratório do SETEC os trabalhos do NID continuarão sendo executados no laboratório de química.
33	Construção de um laboratório de química e reforma do SETEC/SR/DPF/AC.	Criar condições de trabalho para os novos peritos.	SR	META ATINGIDA: - Contratação da Empresa M gadelha engenharia ltda execução da ampliação e reforma do Setor Técnico Científico da Superintendencia Rregional da Polícia Federal no Acre – SETEC/SR/DPF/AC, com fornecimento de material, com um pavimento, compreendendo uma área de 244,46 m ² (duzentos e quarenta e quatro metros quadrados e quarenta e seis centésimos), em esquadrias metálicas/madeiras, cobertura em telhas de amianto e estrutura de madeira; rede elétrica de baixa e alta tensão; instalações hidráulicas (água e esgoto); rede de gases especiais; e demais serviços. - CONTRATO: 042/07-SR/DPF/AC; - CONVITE 03/2007 - VALOR: R\$ 115.829,57 - PRAZO: 45 dias, de 30/10 a 13/12/2007.

ITEM	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	RESULTADO
35	Estruturar núcleo de operações no Aeroporto Presidente Médici.	Disponibilizar estrutura física adequada ao bom desempenho das atividades fins da Polícia Federal no Aeroporto Internacional de Rio Branco.	SR	META NÃO ATINGIDA: - Falta definição, por parte da INFRAERO, da localização onde serão instalados os equipamentos utilizados nas operações rotineiras da Polícia Federal no aeroporto.
36	Aquisição de três switches de 24 portas	Atender o aumento da rede de computadores	NTI	META ALCANÇADA: Foram adquiridos 3 (três) switches, suprimindo a necessidade deste item na SR/DPF/AC.
37	Aquisição de um storage para backup de dados dos servidores	Segurança dos dados constantes em todos os bancos de dados da SR e de todos os arquivos dos setores.	NTI	META ALCANÇADA: Foram adquiridos 6 (seis) servidores de arquivos, suprimindo a necessidade deste item na SR/DPF/AC. Além disso foram encaminhados pelo DLOG mais 4 (quatro) servidores de arquivo.
38	Construção do Canil na Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia.	Melhorar as condições de trabalho, na área policial que envolve cães farejadores, proporcionando aos animais maior qualidade nas acomodações.	SELOG	META ATINGIDA: - Contratação da Empresa Induscon Ltda para a execução total da obra de construção do Canil da Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia/AC – DPF/EPA/AC, com fornecimento de material, com um pavimento, compreendendo uma área de 87,15 m ² (oitenta e sete vírgula quinze metros quadrados), em esquadrias metálicas, cobertura em telhas de barro e estrutura de madeira; rede elétrica de baixa tensão; instalações hidráulicas (água e esgoto); e demais serviços - CONTRATO: 018/07-SR/DPF/AC; - CONVITE 02/2007 - VALOR: R\$ 39.073,55 - PRAZO: 60 dias, a contar de 25/09/2007.

3.3. Análise sobre a execução das metas, necessidades, dificuldades, soluções:

COR/SR/AC

A Corregedoria-Regional tem procurado atingir anualmente suas metas. Contudo, de uma forma geral, a indisponibilidade de servidores para a Corregedoria-Regional tem sido fator dominante quanto ao não alcance alguns objetivos. A CORREGEDORIA-REGIONAL, além de funcionar autonomamente, possui dois núcleos subordinados a si, quais sejam, o NÚCLEO DE DISCIPLINA e o NÚCLEO DE CORREIÇÕES. Contudo, estes três setores contam respectivamente com apenas um servidor, ou seja, o seu próprio titular, o que tem impossibilitado o desenvolvimento de um trabalho satisfatório, haja vista a imensa gama de trabalho a cargo apenas destes policiais.

DELEPREV

Eficiência: Os IPL's sob gestão da DELEPREV são geridos de forma eficiente, sempre procurando dar celeridade ao andamento das investigações.

Eficácia: O resultado alcançado foi satisfatório. Em que pese a pequena quantidade de IPL's relatados, o resultado daquilo que foi investigado foi positivo. No entanto, o resultado geral ficou muito aquém do proposto pela pequena quantidade de IPL's e de pouca expressão.

Efetividade: Pela pequena dimensão dos IPL's investigados o resultado produziu o impacto regional produzido foi pequeno.

Dicas otimizar esta atuação?

Acreditamos que para 2008 o resultado será sensivelmente melhor. Dar efetividade à Força tarefa Previdenciária é primordial para que se consiga um resultado expressivo no tocante ao combate aos crimes contra a previdência social.

DELEARM

Para que a DELEARM funcione a contento, duas coisas são necessárias:

1º) Aumento do efetivo com um NO próprio para a Delegacia (2 APF's e 1 EPF) ou no mínimo um NO para a DRCOR;

2º) Aumento do efetivo com qualificação para trabalhar no Grupo de Análise;

3º) Compra de um equipamento de monitoramento telefônico (tipo SOMBRA ou GUARDIÃO) para suprir todas as necessidades da Superintendência/Ac, inclusive desta delegacia, o que já está sendo efetivado;

4º) Pretende-se fazer gestões junto à ANP e DCOR para disponibilizar às regionais cursos específicos sobre tráfico de armas e suas variantes, o que em muito ajudará na especialização e aperfeiçoamento dos policiais ali lotados;

DELEPAT

Seguem os mesmos comentários da DELEARM acrescido de que com a ausência das soluções de material e pessoal acima apontadas fica mais difícil a realização de qualquer trabalho de investigação externa abrangente, limitando-se apenas às diligências solicitadas no Inquérito Policial, delegadas a encargo do Núcleo de Operações subordinado ao DREX/SR.

Contudo a realidade está mudando e em 2008 aludidas delegacias terão tais necessidades supridas ou em muito amenizadas.

Esclareço que esta Superintendência Regional, a par de possuir as especializadas constantes da IN 013/05, não possui em seu âmbito a distribuição dos feitos de acordo com as atribuições ali elencadas. Dessa forma, todas as Autoridades Policiais presidem todas as espécies de investigações, seja matéria previdenciária, fazendária, entorpecentes, etc.

Tal fato acarreta em prejuízo às investigações porquanto anula o propósito da criação das delegacias Especializadas, qual seja, tornar as Autoridade Policiais e os seus agentes especializados no combate às determinadas infrações criminais.

Se tal necessidade já existia desde tempos passados, urge salientar que no contexto atual da globalização, do crime, inclusive, e sofisticação das organizações criminosas tal maneira de proceder torna-se não só exigível, mas *conditio sine qua non* para o enfrentamento dos elementos hostis, mormente neste momento de recrudescimento das atividades criminosas.

No que diz respeito à matéria específica da DELEPAT, no que concerne aos ilícitos propriamente patrimoniais, há, eventualmente, em nosso Estado furtos e roubos cometidos contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Há também histórico de roubo cometido contra instituições financeiras, cito os assaltos cometidos contra agências do Banco do Brasil S.A, nos municípios de Bujari/Ac e Acrelândia/Ac, entre os anos de 2005 e 2006, mas não contra a CEF, à exceção de arrombamentos nos terminais de auto-atendimento.

Já quanto aos ilícitos de seqüestro, cárcere privado e extorsão mediante seqüestro, com motivação política ou praticado em razão de função pública exercida pela vítima, não temos registro recente de tais ocorrências, mas faço aqui uma ressalva que este Estado, tempos atrás, foi assolado por uma organização criminosa (Esquadrão da Morte) comandada pelo ex-deputado federal e Coronel reformado da Polícia Militar do Estado do Acre, Hildebrando Pascoal, o qual notabilizou-se por uma série de crimes visando autoridades de nosso Estado, além da prática de outros delitos. Em tempo: tal organização foi desmantelada por este Departamento de Polícia Federal e não vislumbro, doravante, potencial demanda de repressão para delitos tais.

Quanto ao crime de roubo de cargas, com repercussão interestadual ou internacional e que exija repressão uniforme, malgrado a situação atual, de nenhum registro relevante, devo salientar que tal ocorre devido ao isolamento do Estado do Acre dos pólos consumidores e produtores do País e a malha viária local inexpressiva.

Por outro lado, ressalto que o Governo Federal está financiando a Rodovia Transoceânica, ligando o Brasil, através do Acre (Município de Assis Brasil) à República do Peru. Tal obra tem a sua previsão de conclusão final para o ano de 2009 e visa transformar o Estado em corredor de exportação, dando acesso aos empresários brasileiros ao Oceano Pacífico, evitando os inconvenientes da passagem pelo Canal do Panamá, melhorando significativamente o custo do frete, bem como otimizando o prazo de entrega das mercadorias aos compradores, notadamente aqueles situados na Costa Oeste dos Estados Unidos da América e nos países asiáticos, com especial enfoque aos japoneses e aos chineses.

Acredito, então, que a partir da inauguração de tal rodovia, aliada ao processo em curso de transformação do País em plataforma de exportação, haverá uma significativa demanda

desta SR/DPF/AC pela repressão ao delito de roubo de cargas, posto que as organizações criminosas atuam onde vislumbram oportunidades.

Esta Autoridade está, neste momento, envidando esforços no sentido de articular-se com instituições oficiais, cito, representantes dos Núcleos de Segurança da Caixa Econômica Federal e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e órgãos diversos do Poder Público, visando a coleta de informações estratégicas quanto à seara de atribuições da DELEPAT.

DRE

O efetivo está bem próximo do ideal, sendo que a partir do 2º semestre do ano de 2008 qualquer deficiência neste sentido será suprida, posto que novos policiais egressos da Academia Nacional de Polícia chegarão ao estado.

No que tange à necessidade de material, é muito comum no estado do Acre o tráfico de drogas ser realizado por meio do transporte aéreo comercial, com a droga dissimulada na bagagem de embarque.

Tanto na capital acreana como na cidade de Cruzeiro do Sul não se dispõe de um aparelho denominado scanner de porão nos aeroportos, utilizado para vistoriar a bagagem despachada pelo passageiro em viagem, bem como também para vistoriar a bagagem despachada pelos serviços de transporte de encomendas.

Gestões estão sendo feitas junto à Infraero para que dois desses aparelhos sejam disponibilizados para o estado do Acre, uma vez que está em andamento uma licitação nacional de compra dos mesmos por tal órgão, visando equipar mais de 60 aeroportos brasileiros.

Em paralelo a isso também fizemos gestões junto à própria INFRAERO, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, MINISTÉRIO DA DEFESA e DIREÇÃO-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL para que tais aparelhos sejam disponibilizados aos aeroportos do estado.

Ademais, alguns equipamentos eletrônicos que faltavam para o aperfeiçoamento do trabalho de repressão a entorpecentes foram recentemente adquiridos.

DELEGACIA EM EPITACIOLÂNDIA

Está instalado na Delegacia de Epitaciolândia um equipamento de monitoramento telefônico WYTRON que está defasado, necessitando ser substituído, o que em muito ajudará no aperfeiçoamento dos serviços.

Pretende-se, com a aquisição do equipamento SisSoft 2002, Versão Sombra, ou do Guardiã, pela Superintendência de Rio Branco, que haja um link do mesmo com a Delegacia de Epitaciolândia, dispensando-se o uso do equipamento atual, o qual será remanejado para a Delegacia de Cruzeiro do Sul. A partir de então, será necessário a compra de 7 novos computadores (incluindo o servidor) para aquela unidade, o que já está em andamento.

Junto com o aperfeiçoamento de material, pretende-se melhorar o efetivo da Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia de 2 para 6 policiais na área de análise, o que está em fase de conclusão com a chegada dos últimos policiais do concurso.

DELEGACIA EM CRUZEIRO DO SUL

Pretendemos disponibilizar um acesso, via link, do novo sistema de monitoramento telefônico, seja o SisSoft 2002 ou Guardião, à Delegacia lá instalada ou que seja remanejado todo equipamento de Epitaciolândia para aquela localidade.

CANIL NA DELEGACIA

A Delegacia de Cruzeiro do Sul pleiteia a instalação de um canil naquela unidade, assim como ocorreu em Epitaciolândia, o que aperfeiçoará os trabalhos de repressão ao tráfico de entorpecentes que tem ocorrido de maneira dissimulada nas embarcações fluviais e nos vãos comerciais do aeroporto internacional.

CONFRONS

No estado do Acre existem 5 postos da PEBRA, sendo um deles um centro regional de inteligência, além de um posto da BRABO.

Ficam localizados:

- 1- ASSIS BRASIL - PEBRA = ocupado por 4 policiais;
- 2- SANTA ROSA - PEBRA = ocupado por 2 policiais;
- 3- MARECHAL THAUMATURGO = ocupado por 2 policiais;
- 4- EPITACIOLÂNDIA - PEBRA (CRI) = ocupado por 1 policial Brasileiro, 1 Peruano e 1 Boliviano;
- 5- PLÁCIDO DE CASTRO - BRABO = ocupado por 3 policiais.
- 6- CRUZEIRO DO SUL - PEBRA = sala no porto sem nenhum policial

Em conversa com o Coordenador da PEBRA e BRABO no estado do Acre, APF Lucilo, foram apresentadas algumas necessidades imediatas de tais postos, as quais passo a elencar:

Colocação de mais 2 servidores, categoria Administrativo, no posto de Assis Brasil;

Colocação de mais 2 empregados, 1 Barqueiro e um outro para Serviços Gerais, nos postos de Santa Rosa e Marechal Thaumaturgo;

Colocação de mais 1 policial, 1 Barqueiro e 1 Administrativo no posto de Plácido de Castro;

Colocação de 1 Policial e de 1 Barqueiro na sala do Porto de Cruzeiro do Sul.

Existem pretensões da DRE de Rio Branco, com o aumento do efetivo, de criar um núcleo de repressão a entorpecentes em cada posto da PEBRA e no da BRABO.

3.4. Recursos Financeiros

3.4.1. Por programas e ações



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Dot Autorizada, Mov. Liq. Disponível, Indisp. Emp. a Liquidar, Emp. Liquidado.

Exercício: 2007
Base: 29-JAN-2008
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 30108
Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual
UG Executora 200380 SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC

Projeto/Atividade	Programa	Item de Informação			
		Descentralizada Líquida	Crédito Disponível	Empenhos Emitidos	Execução da Despesa
1F65 IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPOR	1127 SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA	389.830,04		389.830,04	389.830,04
2000 ADMINISTRACAO DA UNIDADE	0750 APOIO ADMINISTRATIVO	4.240.945,29	6.730,00	4.234.215,29	2.811.016,22
8545 APOIO A REPRESSAO QUALIFICADA	1127 SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA	181.334,70		181.334,70	181.334,70
Total:		4.812.110,03	6.730,00	4.805.380,03	3.382.180,96



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

Dot Autorizada, Mov. Liq. Disponível, Indisp, Emp. a Liquidar, Emp. Liquidado.

Exercício: 2007
Base: 29-JAN-2008
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UC Executora 30909
Mês de Referência DEZEMBRO
Tipo de Valor Saldo Atual
UC Executora 200381 SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - AC

Projeto/Atividade	Programa	Item de Informação		
		Descentralizada Líquida	Empenhos Emitidos	Execução da Despesa
1778 IMPLANTACAO DE SISTEMA DE INFORMATICA E TELECOMUNICACOES DA	1353 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL	93.223,00	93.223,00	93.223,00
1899 REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TECN	1353 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL	24.489,99	24.489,99	
1B36 CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DO D	1353 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL	39.073,55	39.073,55	19.536,78
2662 CAPACITACAO E ESPECIALIZACAO DE RECURSOS HUMANOS DA POLICIA	0662 COMBATE A CRIMINALIDADE	8.060,00	8.060,00	8.060,00
2679 FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUCAO, TRANSPORTE	0662 COMBATE A CRIMINALIDADE	268.123,92	268.123,92	268.123,92
2720 OPERACOES DE CARATER SIGILOSO	0662 COMBATE A CRIMINALIDADE	29.813,80	29.813,80	29.813,80
2726 PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVI	0662 COMBATE A CRIMINALIDADE	933.110,49	933.110,49	933.110,49
5022 CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA	1353 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL	177.877,29	177.877,29	
7061 REFORMA E MODERNIZACAO DAS BASES OPERACIONAIS DO DEPARTAMENT	1353 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL	185.321,84	185.321,84	101.426,97
Total:		1.759.093,88	1.759.093,88	1.453.294,96

3.4.2. Despesas executadas

Natureza da Despesa Detalhada		2003	2004	2005	2006	2007
33901414	DIARIAS NO PAIS	588.326,02	808.164,38	813.915,78	998.606,10	1.796.968,50
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	149.526,14	124.037,54	158.064,80	214.286,79	221.715,50
33903003	COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00
33903024	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS	4.484,32	1.436,44	0,00	3.494,06	878,39
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	237.302,96	235.970,05	263.188,93	287.901,58	296.418,64
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	8.533,28	5.257,92	3.176,74	6.578,98	4.700,98
33903615	LOCACAO DE IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	36.166,67	77.000,00

33903618	MANUTENCAO E CONSERV. DE EQUIPAMENTOS	1.575,00	665,00	1.195,00	370,00	300,00
33903622	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	2.176,00	17.284,57	3.560,00	1.700,00	4.205,00
33903625	SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO	0,00	210,00	0,00	1.625,00	0,00
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	56.187,50	91.642,86	87.999,96	121.989,96	140.556,86
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	257.153,93	317.269,56	354.007,56	396.592,36	418.193,49
33903910	LOCACAO DE IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
33903912	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	24.669,12	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	13.951,60	39.291,29	4.862,00	8.348,80	11.002,00
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	29.281,00	41.912,98	46.257,20	48.250,00	52.378,40
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	73.431,44	131.526,43	138.238,81	204.501,81	251.069,35
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	9.884,47	12.102,46	14.136,20	15.124,60	14.551,16
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	12.482,99	14.460,04	21.656,11	16.872,94	27.076,96
33903957	SERVICOS DE PROC. DE DADOS	0,00	0,00	36.746,72	114.400,00	114.940,00
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	214.505,11	262.708,08	208.302,56	235.305,47	162.227,75
33903983	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	7,50	33.427,84	61.200,00	34.877,50	34.787,50
33903995	MANUT.CONS.EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	100,00	851,00	695,00	0,00
TOTAL		1.683.478,38	2.137.467,44	2.217.359,37	2.749.687,62	3.629.000,48

3.4.3. Contratos de terceirização, serviços e aquisições em geral (através de licitações):

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR DO CONTRATO
1	--	Aquisição de 31 microcomputadores – Adesão Ata de SRP	R\$ 67.580,00
2	--	Aquisição de 12 Servidores de Rede (p/ Brasília) – Ata de SRP	R\$ 185.675,40
3	--	Aquisição de Jogo de Chaves c/ cabo tipo Canhão; Conjunto de chave estrela e alicata de pressão (SETEC) – Adesão Ata de SRP	R\$ 495,08
4	--	Aquisição de 900kg de açúcar e 600kg de café – Adesão Ata de SRP	R\$ 4.236,00
5	--	Aquisição de 30 <i>No-Break's</i> 1500 VA – Adesão Ata de SRP	R\$ 11.100,00
6	--	Aquisição de 20 Impressora laser similar a HP LaserJet 1020 – Adesão Ata de SRP	R\$ 7.171,00
7	--	Aquisição de 05 Centrais Telefônicas – Adesão Ata de SRP	R\$ 93.448,00
8	--	Aquisição de 08 aparelhos telefônicos digitais – Adesão Ata de SRP	R\$ 3.200,00
9	--	Aquisição de Mobiliário p/ SETEC – Adesão Ata de SRP	R\$ 16.442,00
10	--	Aquisição de 01 <i>No-Break</i> 15 KVA (SETEC) – Adesão Ata de SRP	R\$ 24.489,99
11	--	Aquisição de peças para viaturas da DPF/EPA – Pregão Eletrônico 09/2007 – SR/DPF/AC (SRP)	R\$ 3.595,00
12	--	Aquisição de Pneus – Pregão Eletrônico 15/2007 – SR/DPF/AC (SRP)	R\$ 92.866,05
13	--	Aquisição de mobiliário em geral e equipamentos eletrodomésticos – Pregão Eletrônico 12/2007 – SR/DPF/AC (SRP)	R\$ 183.508,30
14	--	Aquisição de material de expediente – Pregão Eletrônico 01/2007 – SR/DPF/AC (SRP)	R\$ 16.980,85
15	--	Aquisição de cartuchos - Pregão Eletrônico 02/2007 – SR/DPF/AC (SRP)	R\$ 39.514,08
16	--	Aquisição de material de expediente - Adesão Ata de SRP	R\$ 39.757,60
17	--	Aquisição de cartuchos - Adesão Ata de SRP	R\$ 23.273,00
18	--	Aquisição de material de expediente - Adesão Ata de SRP	R\$ 7.061,00
19	--	Aquisição de equipamentos gerais para utilização na inteligência policial - Adesão Ata de SRP	R\$ 61.457,50
20	--	Aquisição de 02 cafeteiras elétricas - Adesão Ata de SRP	R\$ 1.848,48
21	--	Aquisição de 05 claviculários - Adesão Ata de SRP	R\$ 1.239,95
22	--	Aquisição de 04 projetores de multimídia - Adesão Ata de SRP	R\$ 8.300,00
23	--	Aquisição de 10 fragmentadoras de papel - Adesão Ata de SRP	R\$ 2.662,20
24	--	Aquisição de 06 servidores de rede (SR; ANEXO; DELEMIG; DPF/CZS e DPF/EPA) - Adesão Ata de SRP	R\$ 118.258,74
25	--	Aquisição de 15 Notebook's - Adesão Ata de SRP	R\$ 62.085,00
26	05/2007	Contratação de mão-de-obra terceirizada em serviço de copeiragem	R\$ 88.794,00
27	03/2007	Fornecimento de combustível de forma parcelada para as viaturas da DPF/CZS/SR/DPF/AC	R\$ 39.994,84
28	08/2007	Contratação de mão-de-obra terceirizada de serviço de telefonistas	R\$ 140.457,60
29	04/2007	Fornecimento de combustível de forma parcelada para as viaturas da DPF/EPA/SR/DPF/AC	R\$ 81.208,16
30	02/2007	Contratação de empresa para fornecimento de aproximadamente 700 (setecentos) bilhetes de passagens aéreas e/ou terrestres em âmbito nacional e internacional,	R\$ 372.193,75

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR DO CONTRATO
		para atender as necessidades da SR/DPF/AC e suas Unidades Descentralizadas durante o exercício de 2007.	
31	09/2007	Contratação de prestação de serviços postais e telemáticos convencionais, adicionais, nas modalidades nacional e internacional, carga de máquina de franquear, bem como a venda de produtos postais, disponibilizados em Unidades de Atendimento da ECT.	R\$ 20.000,00
32	10/2007	Contratação da ELETROACRE para fornecimento de energia elétrica para esta SR/DPF/AC e unidades descentralizadas, para o exercício de 2007;	R\$ 300.000,00
33	07/2007	Fornecimento de combustível (álcool anidro) de forma parcelada para as viaturas da SR/DPF/AC	R\$ 3.808,08
34	01/2007	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos, com fornecimento de peças, e serviço de guincho no perímetro urbano.	R\$ 90.544,60
35	11/2007	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças para SR/DPF/AC	R\$ 71.198,50
36	14/2007	Aquisição de No-Break - trifásico, dupla conversão, PWM, microprocessado, by pass auto/manual – Potência – 10 KVA	R\$ 33.550,00
37	15/2007	Aquisição e instalação de - 02 Splits de alta capacidade com 5 TR's cada, rede de duto, elementos de difusão e retorno de ar e 02 Splits de alta capacidade com 7,5 TR's cada, rede de dutos, elementos de difusão e retorno de ar.	R\$ 92.000,00
38	13/2007	Contratação do SAERB – Serviço de Água e Esgoto de rio Branco, para fornecimento de água e a coleta de esgotos sanitários da Sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre.	R\$ 15.000,00
39	14/2006	Contratação de empresa de especializada em manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de aparelhos condicionadores de ar da DPF/CZS/SR/DPF/AC	R\$ 25.170,00
40	03/2006	Contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza e conservação da SR/DPF/AC	R\$ 121.990,00
41	09/2005	Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos, com disponibilização de mão-de-obra de 10 (dez) digitadores.	R\$ 124.800,00
42	10/2005	Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos, com disponibilização de mão-de-obra de 2 (dois) mensageiros.	R\$ 29.528,80
43	12/2006	Contratação de empresa especializada em prestação dos serviços de mão-de-obra terceirizada, de forma contínua, na área de vigilância armada e desarmada, para atender às necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal e das Delegacias de Cruzeiro do Sul e Eptaciolândia	R\$ 456.211,20
44	13/2006	Contratação de empresa, para realização da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da SR/DPF/AC.	R\$ 12.000,00
45	12/2007	Contratação do DEAS – Departamento Estadual de Água e Saneamento para fornecimento de água e a coleta de esgotos sanitários para os próprios da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre	R\$ 12.300,00
46	06/2007	Fornecimento de combustível (álcool anidro) de forma parcelada para as viaturas da SR/DPF/AC	R\$ 139.440,46

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR DO CONTRATO
47	19/2007	Contratação de empresa para Prestação de serviços de telecomunicações, por meio de transmissão de voz de SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO, nas modalidades LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL INTRA-REGIONAL E INTER-REGIONAL e de LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL	R\$ 27.123,49
48	20/2007	Contratação de empresa especializada em serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para as viaturas nacionais e importadas, do acervo patrimonial da Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal em Epitaciolândia/AC.	R\$ 86.400,00
TOTAL			R\$ 3.459.958,70

3.5. Recursos Humanos

3.5.1. Distribuição dos recursos humanos pelas unidades administrativas.

UNIDADE	CARGOS							
	DPF	PCF	EPF	APF	PPF	ADM	TERCEIRIZADOS	ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO SUPERINTENDENTE	5	4	10	24	4	18		
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP				2				
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI				2				
SETOR DE RECURSOS HUMANOS – SRH						3		
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO – SETEC		7						
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL – SELOG			1			16	35	
DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA - DREX	1		9	8		1	6	
DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – DRCOR	1			8		1		
CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL - COR	1		1					
DELEGACIA DE CRUZEIRO DO SUL/AC	3	-	5	14	1	1	11	
DELEGACIA DE EPITACIOLÂNDIA	3		3	13		1	11	
TOTAL	14	11	29	71	5	41	63	

3.5.2 Análise do quantitativo de pessoal da SR

A SR/DPF/AC, seguindo o mesmo contexto geral do DPF, sofre com um grande déficit no quantitativo de seus servidores em todas as áreas. E tal situação tem se agravado dia a dia na área administrativa.

Vários concursos têm contemplado as necessidades da área fim da Polícia Federal nos últimos anos. O provimento de cargos policiais, mesmo que aquém do quantitativo ideal, ocorre periodicamente.

Entretanto, a área meio (servidores administrativos), somente em 2004, foi contemplada com o único concurso público para provimento de seus cargos efetivos. Houve, inclusive, a substituição de pessoal terceirizado por servidores concursados (não em mesmo número). Contudo, o quantitativo tem diminuído paulatinamente devido à saída constante de pessoal que tem assumido em outros concursos, cujos cargos apresentam remuneração mais atraente.

Ademais, o aumento de pessoal na área fim, com a respectiva diminuição de servidores na área meio, tem ocasionado grandes transtornos para o atendimento das finalidades públicas deste Departamento, criando-se inumeráveis barreiras na busca do aperfeiçoamento técnico e logístico, numa clara situação-limite que torna quase impossível, por parte da Administração local, o atendimento ao comando do princípio constitucional da eficiência do serviço público.

Somente mediante constantes concursos públicos para suprir a falta de servidores administrativos na Polícia Federal, aliada a uma efetiva política de valorização dessa mão-de-obra específica (seja no implemento dos vencimentos, seja com outras condições de trabalho), é que se poderá realizar, com a qualidade técnica necessária, os serviços públicos confiados a este Órgão.

COR/SR/A/C

Conforme explanada alhures, a maior dificuldade para a Corregedoria-Regional no Estado do Acre atingir suas metas e desenvolver outros trabalhos se dá em razão de seu diminuto corpo de servidores atuantes. Várias são as atribuições da Corregedoria-Regional e seus núcleos, sendo que atualmente parte tem sido executada de forma precária por conta do motivo mencionado. Com efeito, é apresentada abaixo uma tabela com o quantitativo atual de servidores, relacionando-a com o que deveria ser ideal para a consecução de todos as atribuições previstas na IN 13/2005-DG/DPF.

REALIDADE ATUAL	IDEAL
a. Corregedoria-Regional (1) Policial	(2) Policiais (3) Administrativos com formação em direito
b. Núcleo de Correições (1) Policial	(2) Policiais (3) Administrativos com formação em direito
c. Núcleo de Disciplina (1) Policial	(2) Policiais (3) Administrativos com formação em direito

A questão material da Corregedoria-Regional está sendo gradativamente solucionada junto ao SELOG, não sendo este um problema que venha atrapalhar o andamento de suas atividades.

No que concerne aos recursos tecnológicos, o Núcleo de Disciplina tem utilizado o Sistema de Acompanhamento Disciplinar (SAD) para registrar as ocorrências e controlar os andamentos dos processos disciplinares e sindicância. Contudo, o Núcleo de Correições não dispõe de qualquer sistema informatizado, o que normalmente contribui para que o trabalho desenvolvido em cada inquérito seja lento. No caso, a Corregedoria-Regional irá consultar o NTI acerca da viabilidade de ser elaborado um software que registre as impropriedades localizadas nos inquéritos policiais, elaborando-se, mensalmente, um relatório de correições parciais, o qual será dado vista a todos os Delegados de Polícia Federal.

4. Gestão de Programas e Ações

4.1 Programa 1127– SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações
Gerente do programa	Antônio Carlos Biscaia
Gerente executivo	Não possui
Indicadores ou parâmetros utilizados	Índice sintético de desempenho
Público-alvo (beneficiários)	Operadores de Segurança Pública

Valor recebido da Unidade Central neste Programa: R\$ 571.164,74

4.1.1. AÇÃO 1F65 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPORTE.

Tipo	PROJETO
Finalidade	Implantar a infra-estrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.
Descrição	Implantação de sistema único de comunicação e comando/controle, aberto para ligação entre todos os órgãos de segurança pública (federal, estadual e municipal); ampliação das câmeras no estado do Rio de Janeiro e da Central de Monitoramento da Secretaria Segurança Pública/RJ e do setor de transportes; implementação e ampliação no sistema de rastreamento de veículos; treinamento para atividades no Centro de Operações; adequação das estruturas dos estádios e locais de eventos esportivos; contratação de consultoria; construção e implantação do Centro Regional de Treinamento para formação de policiais condutores de cães de trabalho; patrulhamento e monitoramento aéreo de áreas críticas ou de situações adversas; aquisição de bens e contratação de serviços na área de tecnologia da informação e comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp.
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	JOSÉ HILÁRIO NUNES MEDEIROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 389.830,04

4.1.2. AÇÃO 8545 - APOIO A REPRESSÃO QUALIFICADO.

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Apoiar a implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão à criminalidade.
Descrição	Apoio à implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública desenvolvidas pelos órgãos federais (Polícia Federal e Rodoviária Federal) e/ou estaduais (Polícias Civil e Militar), em todo o território nacional. Operações Integradas: Áreas de fronteira internacional em apoio aos órgãos federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas Brasileiras e Secretaria da Receita Federal); Áreas urbanas em apoio aos órgãos de segurança pública dos estados para controle da criminalidade; Combate ao crime organizado em áreas localizadas do território nacional; Operações combinadas de segurança pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
Unidades executoras	SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	João Francisco Goulart dos Santos
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 181.334,70

4.2. Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Informação não disponível
Gerente executivo	Informação não disponível
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não possui
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Valor recebido da Unidade Central neste Programa: R\$ 2.811.016,22

4.2.1 AÇÃO 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 2.811.016,22

4.3. Programa 1353– MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal
Gerente do programa	DPF – Alciomar Goersch
Gerente executivo	Maurício de Melo Passos
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de modernização das unidades operacionais da Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade brasileira

Valor recebido da Unidade Central neste Programa: R\$ 214.186,75

4.3.1.AÇÃO 1778 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA)

Tipo	PROJETO
Finalidade	Prover a Polícia Federal de sistemas de informação e de modernas ferramentas de tecnologia da informação, visando maior agilidade na troca de informações e eficácia nas operações policiais.
Descrição	Reestruturação e desenvolvimento de sistemas de informação e de telecomunicações; contratação de consultorias e de estudos; aquisição de equipamentos e de tecnologias aplicáveis à atuação policial.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 93.223,00

4.3.2. AÇÃO 1B36 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Tipo	PROJETO
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Maria Claudia Schiavolinni Corrêa
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 19.538,78

4.3.3. AÇÃO 7081 - REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS BASES OPERACIONAIS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Tipo	PROJETO
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Maria Claudia Schiavolinni Corrêa
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 101.426,97

4.3.4.AÇÃO 1899 - REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA)

Tipo	PROJETO
Finalidade	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
Descrição	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da Polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal - DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Paulo Martins Beltrão Filho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Obs: A Ação não teve provisão de recursos em 2007

4.3.5.AÇÃO 5022 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DO ACRE

Tipo	PROJETO
Finalidade	Informação não disponível
Descrição	Informação não disponível
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Policia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Maria Claudia Schiavolinni Corrêa
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

A Ação não teve provisão de recursos em 2007

4.4. PROGRAMA 0662 - COMBATE A CRIMINALIDADE

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Intensificar o combate à criminalidade no país mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.
Gerente do programa	Não possui
Gerente executivo	Não possui
Indicadores ou parâmetros utilizados	Prazo e taxa de conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade brasileira

Valor recebido da Unidade Central neste Programa: R\$ 1.239.108,21

4.4.1. AÇÃO 2662 - CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL PARA O COMBATE À CRIMINALIDADE

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	capacitar servidores, em suas diversas áreas de atuação, assegurando que todas as ações policiais e administrativas do DPF sejam executadas por pessoal devidamente qualificado, não só em relação aos conhecimentos técnicos, como também aos aspectos relacionados à execução dessas ações.
Descrição	Capacitação dos servidores do DPF, policiais e administrativos, em suas diversas áreas de atuação, tendo como base a transformação da Academia Nacional de Polícia em centro de excelência no aperfeiçoamento de profissionais da Segurança Pública, empreendendo projetos de cooperação técnica com outros países ou com agências nacionais e internacionais congêneres; promoção de cursos de sobrevivência na selva e primeiros socorros, em Manaus/AM, periodicamente, específicos para policiais civis, militares e federais e também para outros servidores; reestruturação dos cursos Superior e Especial de Polícia, de cursos de gestão pública, de cursos de formação de pilotos e todos os demais necessários ao adequado desempenho das ações policiais e administrativas. Implementação de ações de capacitação de recursos humanos, em parceria com outras entidades, fomentando o desenvolvimento da Fundação de apoio à Academia Nacional de Polícia e custeio de despesas com deslocamento de servidores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Anísio Soares Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 8.060,00

4.4.2. AÇÃO 2679 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Tude Tupy Fonseca
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 268.123,92

4.4.3. AÇÃO 2720 - OPERAÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorenz de Azevedo
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 29.813,80

4.4.4. AÇÃO 2726 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	Informação não disponível

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação não disponível
Coordenador nacional da ação	Leandro Daiello Coimbra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Informação não disponível

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 933.110,49

5. Desempenho operacional

5.1 VINCULAÇÃO DAS REALIZAÇÕES DA UNIDADE COM O PLANO PLURIANUAL

5.1.1 Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 933.110,49.

5.2 Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

Setor Técnico-Científico – SETEC

Quadro de Laudos Emitidos

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE			
	2004	2005	2006	2007
Contábil Econômico Financeiro	1		5	24
Arma e Balística	35	66	25	26
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	40		95	53
Merceológico	57	13	21	59
Entorpecentes e Psicotrópicos *	21	41	120	178
Laboratório (Explosivos e Outros)	-		01	04
Exames técnicos em obras	1		01	02
Aparelhos eletroeletrônicos	3	5	5	02
Local	15	3	12	15
Material de Informática	-		15	44
Material audiovisual	8	3	03	11
Constatação de Dano ambiental	3		02	9
Veículos	13	6	10	20
Outros			25	8
Contra o Patrimônio	2			
Material	4			
TOTAL	203	137	340	455

* Relativo à ação de combate ao crime organizado.

Relato que temos intensa dificuldade com pessoal neste SETEC/SR/DPF/AC. Necessitamos de dois AADMs permanentemente lotados conosco, sendo que nunca os temos, a despeito de os solicitarmos, exceto por auxílio esporádico de pessoas contratadas, uma vez que somos informados da carência do pessoal administrativo no quadro. Entendemos que a administração como um todo do Departamento de Polícia Federal é excessivamente enxuta, quanto mais a da SR/AC. Necessitaremos de lotação de mais peritos neste SETEC, entre eles o Engenheiro Civil, o Engenheiro Agrônomo, o Engenheiro Florestal, o Químico, o de Informática, um Engenheiro Mecânico, e o Econômico-Financeiro, devido à demanda dos

serviços desta região que é fronteira com dois países, Bolívia e Peru, além daqueles que já se encontram aqui lotados.

Repressão a Entorpecentes – DRE

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
OPERAÇÃO TERRA DO SOL	ACRE, RIO GRANDE DO NORTE e GOIÁS	Desarticular organização criminosa que atua no tráfico de entorpecentes	Prisão de 52 traficantes, apreensão de 1.048.560 g	S
OPERAÇÃO ALMOXARIFE	ACRE, MARANHÃO, RONDONIA e GOIÁS	Desarticular organização criminosa que atua no tráfico de entorpecentes	Prisão de 26 traficante presos, 34 indiciados e denunciados, 112.241 gramas de droga apreendida	S
OPERAÇÃO ARARAQUARA	ACRE, SÃO PAULO	Prender membro de organização criminosa sediada em Araraquara/SP, que tinha base neste Estado.	Prisão de membro de quadrilha, apreensão de um veículo Scania e uma caminhonete.	N
FISCALIZAÇÃO AEROPORTUARIA	RIO BRANCO/AC	Coibir tráfico de entorpecentes via vôos comerciais, a partir do Aeroporto de Rio Branco/AC	Efetuada varias prisões e apreensões durante o ano, bem como fornecimento de informações para outras unidades da federação para a realização de diligências que culminaram em prisões e apreensões.	S
FISCALIZAÇÕES RODOVIARIAS	RODOVIAS BR 364 e 317	Coibir tráfico de entorpecentes no eixo das principais rodovias do Estado do Acre	Várias prisões e apreensões no desenvolvimento das atividades de policia judiciária.	S
OPERAÇÃO SEIS FRONTEIRAS	RODOVIAS BR364 E 317	Realizar barreiras policiais visando controle e transporte	Realizadas varias vistorias em veículos de transporte de	N

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
	NAS REGIÕES FRONTEIRIÇAS DO ESTADO DO ACRE.	de produtos químicos controlados	cargas e de passageiros.	

Apreensões de entorpecentes

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
COCAÍNA (KG)	165,971	47,380	377,681	332,933	599.132
CRACK (KG)					
HAXIXE (KG)					
L.S.D. (UN)					
LANÇA PERFUME (FR)					
M.D.M.A. (UN) – Excitase					
MACONHA (KG)	20,312	6,086	0,218	0,141	59,582
MERLA (KG)					
PASTA BASE (KG)	93,073	97,555	81,074	28,155	127,869
PÉS DE MACONHA (UN)		7.000			
PSICOTRÓPICOS (UN)					
SEMENTE DE MACONHA (KG)	0,400	0,40			
CLORETO DE ETILA (L)					
HEROÍNA (KG)					

Inteligência Policial – SIP

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Ações de Inteligência Policial em apoio às ações das Delegacias especializadas	Rio Branco – Cruzeiro do Sul - Epitaciolândia	Repressão ao Narcotráfico /Contrabando	Positivo, com bom número de apreensões de drogas.	Sim.

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Polícia de Imigração – DELEMIG

Eficiência: Considerando o leque de atribuições desta Delegacia, que abrange principalmente a emissão de passaportes, a fiscalização de estrangeiros, os procedimentos de naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos, a fiscalização do tráfego de estrangeiros via terrestre e aérea, e com as enormes limitações de viaturas e,

principalmente de pessoal, esta DELEMIG foi eficiente ao conseguir transformar estes poucos recursos em numeros plausíveis e enumerados no Plano de Metas anual.

Eficácia: O pequeno efetivo policial desta subordinada, no entanto, não permitiu que a mesma atuasse de forma eficaz em todas as áreas de sua atribuição.

Efetividade: Desta feita, o cumprimento de todas as responsabilidades ficaram a contento, não sendo possível alcançar um bom índice de efetividade.

Sugestões para otimizar o serviço: Para otimizar a atuação desta DELEMIG, seriam necessários mais viaturas exclusivas, que o Delegado titular se abstinhasse de presidir inquéritos de outras áreas de atuação, dedicando-se exclusivamente ao serviço interno e aos Inquéritos policiais de Expulsão, mas principalmente de mais policiais lotados e bem treinados nos assuntos peculiares afetos a esta Delegacia.

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Passaportes expedidos	N/D	853	1265	1302	1403
Carteiras de estrangeiros	N/D	78	58	82	67
Extradições	N/D	02	01	00	00
Deportações	N/D	12	03	17	17
Expulsões	N/D	07	03	27	14
Repatriações	N/D	00	00	00	00
Sindicâncias de Permanência e Naturalização	N/D	27	06	33	24
Estrangeiros Autuados	N/D	72	82	116	171
Estrangeiros Notificados a deixar o País	N/D	39	61	74	112

Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Quantidade de IPL's instaurados	01	02	00	19	04
Quantidade de IPL's relatados	02	00	01	08	04
Quantidade de IPL's em andamento	00	01	00	06	04
Estimativa de valores apurados nos inquéritos policiais: R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Índices

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	31	14,03
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	32	14,48
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	8	3,62
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	12	5,43
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	3	1,36
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	1	0,45
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	18	8,14
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	33	14,93
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	8	3,62
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	10	4,52

11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	1	0,45
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	21	9,50
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	10	4,52
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	2	0,90
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	0	0,00
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	6	2,71
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	1	0,45
18	Outros	Diversos	24	10,86
TOTAL			221	

Defesa Institucional - DELINST

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
N				N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Segurança de Dignitários	03	02	02	04	03
Proteção de testemunhas ameaçadas	01	03	01	03	02
Registros de arma expedidos	12	15	95	10.528	2.798
Portes de arma expedidos	01	01	06	30	27

Controle de Segurança Privada - DELESP

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
N				

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Aplicação de multas por ano (1)	11	10	04	01	01
Certificados emitidos por ano	16	16	16	15	16
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	54	15	165	315	320
Vistorias realizadas por ano	73	73	73	72	72

Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Foram realizadas diversas diligências em conjunto com o IBAMA no ano de 2007, conforme as seguintes Ordens de Missão Policial: 21/2007, 54/2007, 67/2007, 82/2007, 97/2007, 123/2007, 124/2007, 142/2007, 147/2007, 153/2007, 166/2007, 177/2007, 187/2007, 194/2007, 218/2007, 220/2007, 221/2007, 222/2007, 227/2007, 232/2007, 239/2007, 248/2007, 260/2007, 272/2007, 285/2007, 286/2007, 292/2007, 299/2007, 304/2007, 305/2007, 306/2007, 322/2007, 324/2007, 326/2007, 336/2007, 343/2007, 346/2007, 354/2007, 355/2007, 356/2007, 362/2007, 364/2007, 388/20047, 405/2007, 410/2007, 410/2007, 425/2007, 426/2007, 427/2007, 442/2007, 445/2007, 453/2007, 454/2007, 455/2007, 456/2007, 465/2007, 470/2007, 471/2007, 474/2007, 477/2007, 491/2007, 494/2007, 496/2007, 498/2007, 521/2007, 531/2007, 532/2007, 533/2007, 540/2007, 551/2007.

5.3 Análise Crítica:

5.3.1 Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.

Para o combate o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.

No tocante à repressão do contrabando e descaminho, apesar de não termos um delegado à frente da DELEFAZ, por insuficiência de efetivo, muitos flagrantes foram

realizados, principalmente pelos policiais em missão no CONFRON de Plácido de Castro, região de onde provem a maior parte dos produtos contrabandeados ou sem devido desembaraço alfandegário. Está em fase de estudo a implantação de um ponto de controle na BR-317, que funcionará 24h, com a participação da PF, PRF e da Polícia Militar do Acre, que irá proporcionar um efetivo controle sobre veículos e pessoas que transportem bens de origem estrangeira em desacordo com a legislação vigente ou sem o procedimento alfandegário previsto. O mesmo já está sendo feito no município de Assis Brasil, onde o Brasil faz fronteira com o Peru, onde a PF mantém um posto de controle 24 h.

No ano de 2007 foram instaurados quatro inquéritos visando apurar crimes cibernéticos, que com a chegada de uma perita criminal especialista na área de informática devem ser solucionados com pleno êxito.

Quanto ao tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia, temos poucas investigações em curso, o que deve ser melhorado com a lotação de uma autoridade policial e aumento do efetivo da DELINST, responsável por este tipo de investigação.

O combate ao trabalho escravo foi exitoso, tendo sido realizadas diligências em conjunto com servidores do Ministério do Trabalho no sul do estado do Amazonas e na divisa Acre/Amazonas, ainda em território acreano, para localização de pontos onde existam trabalhadores em condições análogas a escravidão. Duas fazendas foram descobertas, sendo os trabalhadores postos em liberdade e com seus direitos trabalhistas reconhecidos e quitados.

No campo agrário temos inúmeros IPL's instaurados para apurar GRILAGEM DE TERRAS PÚBLICAS DA UNIÃO, corrupção de servidores do INCRA e outros fatos correlatos, praticados principalmente no sul do estado do Amazonas.

Quanto à fiscalização, registro, autuação e controle de estrangeiros, diversas ações foram realizadas que culminaram em dezenas de autuações e notificações, diversos Inquéritos Policiais de Expulsão instaurados, diversas Deportações e Expulsões efetivadas, sem contar o montante de multas aplicadas e recolhidas, tudo para fazer valer a lei e a ordem.

No ano de 2007, a DELEMIG/SR/DPF/AC implantou equipamentos do novo SINTI na Delegacia de Polícia Federal de Epiaciolândia-AC, um equipamento moderno que agiliza o atendimento aos estrangeiros que entram no país via terrestre, sendo Epiaciolândia a principal porta de entrada terrestre do Estado. No entanto, buscamos a implantação dos novos equipamentos também na Delegacia de Cruzeiro do Sul e nesta Superintendência de Polícia Federal, assim como nos Aeroportos de Cruzeiro do Sul e Rio Branco.

Também foi iniciada a confecção do novo passaporte padrão ICAO, que dispõe de diversos itens de segurança de padrão internacional, tudo feito com eficiência e agilidade no atendimento, confecção, entrega ao cidadão, sem quedar jamais da segurança.

A repressão à entrada, estada e circulação irregular de estrangeiros foi realizada a contento no ano passado. Sendo prejudicada principalmente pela falta de viaturas, equipamentos e principalmente de mais servidores policiais lotados nesta Delegacia para dar conta da grande quantidade de estrangeiros que migram para o Brasil em busca de melhores condições de vida, oriundos de países fronteiriços.

Em relação aos crimes previdenciários foram instaurados 05 IPL's. Basicamente se relacionam ao recebimento indevido de benefício previdenciário.

5.3.2 Ação nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro.

Obs: A Ação não teve provisão de recursos em 2007

Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Quantidade de armas apreendidas

TIPO (pistola, revolver, fuzil, etc)	CALIBRE	QUANTIDADE
Revolver	38	71
Revolver	22	1073
Pistola	9mm	155
Pistola	.40	14
Espingarda	28	27
Revolver	357	29
Espingarda	20	27
Escopeta	12	76
Espingarda	36	25
Espingarda	16	25
Pistola	Plástico	25

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
EMPRESAS FISCALIZADAS	Dados Prejudicados	Dados Prejudicados	23	49	01
CADASTROS APROVADOS	Dados Prejudicados	Dados Prejudicados	13	15	08
LICENÇAS RENOVADAS	Expedidos pela DCPQ				

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS – IMPORTAÇÃO	Dados exclusivo da DCPQ				
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS – EXPORTAÇÃO	Dados exclusivo da DCPQ				
AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS EMITIDAS	Dados emitidos pelo órgão central				
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (LÍQUIDO - L)	Dados Prejudicados	Dados Prejudicados	118 lt	Dados Prejudicados	Não houve
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (SÓLIDO -KG)	Dados Prejudicados	Dados Prejudicados	564kg	Dados Prejudicados	Não houve
VALORES ARRECADADOS – TAXAS	Dados Prejudicados	Dados Prejudicados	Dados Prejudicados	20,500.00	17,300.00
VALORES ARRECADADOS – MULTAS			17,050.00	1,500.00	

Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
IPL 089/2006	Rio Branco/AC	Identificar responsáveis pela subtração de bem público desta SR/DPF/AC	Em andamento	N
IPL 252/2007	Rio Branco/AC e Goiânia/GO	Identificar responsáveis por furto qualificado contra a CEF	Em andamento	N
IPL 264/2006	Bujari/AC	Identificar autores de assalto contra Correios	Parcialmente alcançado com a identificação de um dos criminosos	N
IPL 266/2007	Rio Branco/AC	Identificar perpetradores de furto de equipamento de informática da justiça Federal	Em andamento	N
IPL 276/2007	Rio Branco/AC e Goiânia/GO	Identificar responsáveis por furto qualificado contra a CEF	Em andamento	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

5.3.3 Ação: 2662 – CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 8.060,00.

EVENTO (curso, palestra, encontro, etc.)	PARTICIPANTES	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO
Congresso Brasileiro de identificação, Perícia, Papiloscópicas e Necropapiloscópicas	Gustavo Henrique de Souza Fonseca	Porto Velho – RO
Curso de Informática Básica	Maria Leuda Monteiro da Silva; Marlene Araújo de Lima; Elisabete Rogéria C. Dos Santos; Damião Alves do Nascimento; José Carlos de Souza; Ídna Couto de A. Gonçalves; Rita Rejanne C. Santos; Michelly Santos Sá; Edilene Maria E. da Costa; Jorge Natal Alves da Cruz; José Airton A. De Sousa; Antônia Bezerra de O. Alvim; Euvaldo Pontes Hall	Senac- Rio branco - AC
Elaboração de Projeto Básico, Executivo e O. Para Licitação e Contratação de O. E S. De Engenharia	Michelly Santos Sá; Cleideane Tamandaré G. De Oliveira	Recife - PE

Obs.: Se a unidade recebeu valores significativos em outras ações, estes devem ser identificados conforme os modelos acima.

Outras atividades

Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
1. Planejar e executar o plano de correições ordinárias de 2007	SR/DPF/AC DPF/CZS/AC DPF/EPA/AC	Identificar e sanar as impropriedades no bojo dos inquéritos policiais, objetivando-se, desta forma, aprimorá-los gradativamente, sob o aspecto formal e material, instaurando-se procedimento disciplinar no caso de falha grave no seu bojo.	No segundo semestre de 2007 foi executado o plano de correições nas unidades da Polícia Federal no Estado do Acre, tendo sido correicionados 392 (trezentos e noventa e dois) inquéritos. Também foi realizada uma atualização no SINPRO, bem como foram baixados várias notícias

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
			crimes que se encontram pendentes de registro naquele sistema.
2. Analisar e sugerir, quando o caso, a instauração de processos administrativos disciplinares, ou ainda, instaurar sindicâncias investigativas, em razão de condutas típicas.	SR/DPF/AC	Apurar infrações disciplinares cometidas por servidores da Polícia Federal em todo o Estado do Acre.	Foram instaurados 9 (nove) processos administrativos disciplinares e 11 (onze) sindicâncias, sendo que destas 2 (duas) foram de natureza punitiva, por envolver servidor Administrativo.
3. Controlar a tramitação de inquéritos policiais.	SR/DPF/AC	Analisar e fiscalizar o andamento dos inquéritos policiais, bem como a observância dos preceitos legais pelo Delegado e Escrivão de Polícia Federal.	Em 2007 foi implantado efetivamente o Núcleo de Correições na Superintendência Regional, fazendo com que a fiscalização no bojo dos inquéritos tenha melhorado consideravelmente. De uma forma geral, este controle contribuiu para o aprimoramento dos Delegados de Polícia Federal na condução dos inquéritos policiais.
4. Decidir sobre a atribuição da Polícia Federal no que concerne às notícias crimes, ou ainda no que tange às circunscrições das unidades no Estado do Acre.	SR/DPF/AC	Filtrar as notícias crimes que não sejam da atribuição da Polícia Federal.	De todas as notícias crimes que deram entrada em 2007, apenas 14 (quatorze) tiveram parecer desfavorável à instauração de inquérito, e 4 (quatro) foram encaminhadas a outros Estados da Federação.

ANEXO A

Demonstrativo de tomadas de contas especiais

(item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Obs.:“Não ocorreram Tomadas de Contas Especiais durante o período sob exame.”

ANEXO B

Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades

(item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Obs.: Expedido pela COR apenas para as situações que causarem danos ao patrimônio.

1

ENTIDADE: Superintendência de Polícia Federal no Estado do Acre		
NOME DO RESPONSÁVEL: Fernando José de Oliveira		CPF: 238.823.951-68
CARGO: Agente de Polícia Federal	FUNÇÃO: X	MATRICULA: 3614
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR DE DEU: Acidente de trânsito com a viatura oficial GM Blazer, Placas MZR-2654, chassi 9bg116aw0yc444787. Foi instaurado o processo administrativo disciplinar 004/2006 através da portaria GAB 57/06, conduzido pela 2ª CPD para apurar o acidente com a viatura, tendo o superintendente regional decidido pelo arquivamento do processo.		
Descrição do objetivo da perda, extravio ou outras irregularidades: viatura oficial GM-Blazer, placas MZR-2654, chassi 9BG116AWOYC444787		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO: X		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO: X		
VALOR RECOLHIDO: X	DATA DO RECOLHIMENTO: X	

LOCAL E DATA: Rio Branco, 19 de fevereiro de 2008	NOME: CID SABÓIA SOARES	ASSINATURA:
--	-------------------------	-------------

2

ENTIDADE: Superintendência de Polícia Federal no Estado do Acre		
NOME DO RESPONSÁVEL: Ralph Abranches Alcântara		CPF: 005.420.587-58
CARGO: Escrivão de Polícia Federal	FUNÇÃO:	MATRICULA: 11.106
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR DE DEU: Suposta irregularidades na aplicação da verba de suprimento de fundos utilizada por servidor, detectada pela fiscalização da CGU no ano de 2005. Foi instaurado o processo administrativo disciplinar Nº 07/2007, tendo a comissão disciplinar opinado pelo arquivamento. o processo foi encaminhado ao corregedor-geral para decisão, tendo em vista que o servidor não mais se encontra lotado em Rio Branco/Ac.		
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES: Notas fiscais nos valores de r\$ 1,580.00, 1.200,00, 3,300,00 e 1,197.00		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO: Valor lançado nas notas fiscais apontadas como irregulares		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO: Em fase de decisão.		
VALOR RECOLHIDO: X	DATA DO RECOLHIMENTO: X	

LOCAL E DATA: Rio Branco, 19 de fevereiro de 2008	NOME: CID SABÓIA SOARES	ASSINATURA:
--	-------------------------	-------------

3

ENTIDADE: Superintendência da Polícia Federal no Estado do Acre		
NOME DO RESPONSÁVEL: João José de Abreu Filho		CPF: 338.493.903-49
CARGO: Agente de Polícia Federal	FUNÇÃO:	MATRICULA: 3399
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR DE DEU: Extravio de um receptor positivo GPS III, marca Gamin. Foi instaurada a sindicância 07/2006.		
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES: Um Receptor Positivo GPS III, marca Gamin.		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO: Valor de mercado atual.		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO: O servidor adquiriu outro aparelho com as mesmas especificações do extraviado para o Departamento de Polícia Federal.		
VALOR RECOLHIDO: Aquisição de novo aparelho	DATA DO RECOLHIMENTO:	

LOCAL E DATA: Rio Branco, 19 de fevereiro de 2008	NOME: CID SABÓIA SOARES	ASSINATURA:
--	-------------------------	-------------

4

ENTIDADE: Superintendência de Polícia Federal no Estado do Acre		
NOME DO RESPONSÁVEL: Jaedson Moreira de Oliveira		CPF: X 371.491.643-15
CARGO: Agente de Polícia Federal	FUNÇÃO: X	MATRICULA: 8455
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR DE DEU: Extravio da máquina fotográfica digital do acervo da Polícia Federal. Foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2006 através da Portaria GAB 41/06 conduzida pela 1ª CPD, em desfavor do agente JAEDSON MOREIRA DE OLIVEIRA.		
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES: Uma máquina fotográfica digital DSC P92 CYBER SHOT		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO: Valor do mercado atual.		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO: O servidor adquiriu nova máquina fotográfica com as mesmas especificações da extraviada.		
VALOR RECOLHIDO: Aquisição de novo aparelho com as mesmas especificações.	DATA DO RECOLHIMENTO: X	

LOCAL E DATA: Rio Branco, 19 de fevereiro de 2008	NOME: CID SABÓIA SOARES	ASSINATURA:
--	-------------------------	-------------

5

ENTIDADE: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE		
NOME DO RESPONSÁVEL: ALOÍSIO ALLEMAND BRANCO		CPF: X
CARGO: AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL	FUNÇÃO: X	MATRICULA: 9072
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR DE DEU: Acidente envolvendo viatura L200 placa MZW – 0942 em Etitaciolândia/AC conduzida pelo servidor durante perseguição policial.		
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES: Viatura oficial L200 placa MZW – 0942.		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO: Orçamento.		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO: Apurado através da sindicância 07/2007 – COR/SR/DPF/AC, tendo o Superintendente Regional decidido pelo reconhecimento da responsabilidade civil do servidor, determinando-se, desta forma, a notificação do mesmo para reparação do dano, caso contrário, encaminhamento das peças à AGU para cobrança judicial.		
VALOR RECOLHIDO: NÃO HOUVE RECOLHIMENTO	DATA DO RECOLHIMENTO: x	

LOCAL E DATA: Rio Branco, 19 de fevereiro de 2008	NOME: CID SABÓIA SOARES	ASSINATURA:
--	-------------------------	-------------

6

ENTIDADE: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE		
NOME DO RESPONSÁVEL: EDEN BARROS MOTA		CPF: X
CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL	FUNÇÃO:	MATRICULA: 7245
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR DE DEU: Acidente envolvendo BLAZER MZU – 5800 conduzida pelo servidor durante deslocamento da SR ao Aeroporto–Rbr.		
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES: Avarias diversas ocasionadas pela colisão.		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO: Orçamento.		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO: Será instaurada nova sindicância para apuração do fato.		
VALOR RECOLHIDO: X	DATA DO RECOLHIMENTO: X	

LOCAL E DATA: Rio Branco, 19 de fevereiro de 2008	NOME: CID SABÓIA SOARES	ASSINATURA:
--	-------------------------	-------------

7

ENTIDADE: Superintendência de Polícia Federal no Estado do Acre		
NOME DO RESPONSÁVEL: Joselmo Sento-Sé Duarte		CPF: X 926.516.745-91
CARGO: Agente de Polícia Federal	FUNÇÃO: X	MATRICULA: 13.667
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR DE DEU: Acidente envolvendo viatura L200 placa MZT – 2405 na BR 364, conduzida pelo servidor durante Operação novo Empate no município de Boca do Acre/AM.		
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES: Viatura L200 placa MZT – 2405.		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO: Orçamento.		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO: Foi apurado através da Sindicância 12/06 – COR/SR/DPF/AC, sendo que o Superintendente Regional decidiu pelo seu arquivamento.		
VALOR RECOLHIDO: X	DATA DO RECOLHIMENTO: X	

LOCAL E DATA: Rio Branco, 19 de fevereiro de 2008	NOME: CID SABÓIA SOARES	ASSINATURA:
--	-------------------------	-------------

8

ENTIDADE: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE		
NOME DO RESPONSÁVEL: NELSON COSTA		CPF:
CARGO: Agente de Polícia Federal	FUNÇÃO: X	MATRICULA: 9000
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR DE DEU: Furto de notebook que se encontrava com o servidor.		
DESCRIÇÃO DO OBJETIVO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES: Notebook adquirido pelo DPF no valor de R\$ 4.199,00.		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO: Valor de mercado.		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO: Foi apurado através do PD 05/06 – COR/SR/DPF/AC, em que se constatou ausência de culpa por parte do servidor. Cumpre ressaltar que, tendo em vista o aparelho ter sido retirado da repartição pelo servidor sem autorização da Autoridade Administrativa Superior, foi determinada instauração de processo administrativo para apurar esta transgressão disciplinar, estando ainda pendente de instauração.		
VALOR RECOLHIDO: X	DATA DO RECOLHIMENTO: X	

LOCAL E DATA: Rio Branco, 19 de fevereiro de 2008	NOME: CID SABÓIA SOARES	ASSINATURA:
--	-------------------------	-------------

9

UNIDADE: Superintendência Regional do DPF no Estado do Acre		
NOME DO RESPONSÁVEL: X		CPF: 216.038.982-04
CARGO: Agente Administrativo	FUNÇÃO: X	MATRÍCULA: 0187893 (SIAPE)
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR SE DEU: Aparente desvio irregular de vantagens pecuniárias através do sistema de pagamento. Considerando que o fato se constitui em tese crime de peculato, será instaurado inquérito policial para apurá-lo.		
DESCRIÇÃO DO OBJETO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES: Auferição irregular de R\$ 5.094,30 (cinco mil e noventa e quatro reais e trinta centavos).		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO: Análise no sistema de pagamento.		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO: X		
VALOR RECOLHIDO: X	DATA DO RECOLHIMENTO: X	
LOCAL E DATA: 19 de fevereiro de 2008	NOME: CID SABOIA SOARES	ASSINATURA:

ANEXO C

Despesas com cartão de crédito corporativo

(conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tabela CI – Cartão de Crédito cooperativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura.

2005	2006	2007
-	-	1.440,00

Tabela x – Cartão de Crédito cooperativo: detalhadamente das despesas pagas mediante fatura.

Data	Descrição da ocorrência	Justificativas	Responsável	Valor
ASF N° 008/2007				
03.04.07	Compras/ Peças Carros	Material de consumo	Sergio	800,00
04.04.07	Compras//Peças Carros	Material de consumo	Sergio	400,00
10.04.07	Compras/ papel a-4	Material de consumo	Sergio	150,00
23.04.07	Compras/ Peças para Carro	Material de consumo	Sergio	90,00

Tabela C2– Cartão de Crédito cooperativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
-	-	3.700,00

Tabela C3 – Cartão de Crédito cooperativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007.

Data	Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
ASF N° 007/2007				
04.04.07	Serviços/elétricos	Serviços de P. Física.	Sergio	800,00
09.04.07	Compras/óleo para carros	Material de consumo	Sergio	30,00
10.04.07	Serviços/ Ramais Telefônicos	Serviços P. Jurídicas	Sergio	500,00
11.04.07	Compras/ material informática	Material de consumo	Sergio	480,00
13.04.07	Serviços/limpeza embacação	Serviços de P. Fisica	Sergio	700,00
30.04.07	Compras/peças para carros	Material de consumo	Sergio	50,00
ASF N° 008/2007				
11.04.07	Compras/ Material de informática	Material de Consumo	Nelson	130,00
16.04.07	Compras/ Material de informática	Material de Consumo	Nelson	120,00
16.04.07	Compras/ Material de informática	Material de Consumo	Nelson	200,00
08.05.07	Compras/ Material de informática	Material de Consumo	Nelson	150,00
11.04.07	Serviços Informatica	Serviços de Informática	Nelson	70,00
25.04.07	Serviços Informatica	Serviços de Informática	Nelson	130,00
14.05.07	Serviços Informatica	Serviços de Informática	Nelson	230,00
18.05.07	Serviços Informatica	Serviços de Informática	Nelson	110,00
Valor Devolvido NS n° 452/2007				60,00

ANEXO D

Recomendações de órgãos de controle

(item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Obs: “No exercício de 2007, o Tribunal de Contas da União (TCU) não emanou recomendações

2. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
	RELATÓRIO DE AUDITORIA			
1	Relatório da Auditoria nº 189635	Solicitar formalmente ao órgão cessionário que mensalmente informe os fatos relevantes da vida funcional do servidor cedido.	Encaminhamos à Sra. Diretora de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração da Presidência da República os Ofícios n. 031/2007, datado de 17.04.2007, e n. 076/2007, data de 16.08.2007, solicitando que nos enviasse documentos a respeito da cessão/prorrogação do servidor APF ANDRE FONSECA DE PAULA LEITE.	A única resposta que recebemos foi o Ofício n. 1658/2007-COGIF/DIGEP/SA/PR, DATADO DE 31.08.2007, comunicando que todas as informações do servidor acima nominado estava sendo enviadas para o DPF, no endereço SAS Quadra 6 – Lote 09/10 – 9º Andar – Brasília – DF. 2-Encaminhamos Of. N. 078/2007, datado de 17.08.2007 à Sra. Diretora de Gestão de Pessoal do DPF, com solicitação de informações sobre o assunto acima discriminado (resposta no processo 08200.024014/2007-59, arquivado na Pasta de Assentamentos Funcionais do servidor).
2	Relatório da Auditoria nº 189635	a) Proceder, nas próximas sindicâncias, à imediata notificação e cobrança dos valores que porventura venham a ser imputados aos seus servidores. b) Realizar gestões junto ao servidor de CPF/MF nº 338.493.903-49 exigindo a imediata reposição ao Erário do Receptor Positivo GPS III, Plus, marca GARMIM, ou o recolhimento do valor a ele referente	O servidor repôr o aparelho extraviado.	No que concerne ao item “a”, o SELOG já adotou providências para que nas próximas oportunidades notificar de imediato aqueles que praticarem dano ao erário.

		por meio de GRU		
3	Relatório de Auditoria nº 189635	<p>a) Proceder, nos próximos processos disciplinares, à imediata notificação e cobrança dos valores que porventura venham a ser imputados aos seus servidores em processos dessa natureza.</p> <p>b) Exigir a imediata reposição dos bens, ou valores a eles referentes, quanto aos processos já em andamento.</p>	No exercício de 2006, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Acre possuía um contingente ínfimo de servidores que pudessem presidir sindicâncias ou compor comissões disciplinares, ocasionando atraso na instauração de alguns procedimentos, ou ainda, o sobrestamento dos mesmos.	Já no exercício de 2007 houve uma melhora considerável na condução dos procedimentos disciplinares em razão de terem sido nomeados diversos policiais, proporcionando que a Corregedoria-Regional dispusesse daqueles com a característica da estabilidade. Assim, concordamos parcialmente com a constatação 1.2.2.1, porquanto tal demora não se deu por negligência, mas sim pela impossibilidade vivenciada na realidade do exercício de 2006.
4	Relatório de Auditoria nº 189635	Promover ações de capacitação com vistas a propiciar treinamento, em especial, aos servidores da área orçamentária/financeira/contábil, objetivando a correta aplicação da legislação inerente a estes setores, evitando assim, a reincidência das impropriedades ora constatadas.	Foi solicitado através do memorando nº 118/2007 na data de 27/08/07 a participação de servidores em cursos na área relacionada.	Foi indeferido pela Diretoria de Gestão de Pessoal - DGP/DPF em 26/09/2007.